



PRECONCEITOS PELA PERSPECTIVA COMPORTAMENTAL:

UM ESTUDO DA CORRESPONDÊNCIA DIZER-FAZER

Letícia Resende de Carvalho

Brasília, 2020

Centro Universitário de Brasília

Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES

Curso de Psicologia

PRECONCEITOS PELA PERSPECTIVA COMPORTAMENTAL

UM ESTUDO DA CORRESPONDÊNCIA DIZER-FAZER

Monografia apresentada à Faculdade de Psicologia do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, como requisito parcial à conclusão do curso de Psicologia, sob orientação do Professor Doutor Carlos Augusto Medeiros

Letícia Resende de Carvalho

Brasília, 2020



Folha de Avaliação

Esta monografia foi aprovada pela comissão examinadora composta por:

Prof. Dr. Carlos Augusto de Medeiros

Orientador

Prof. Me. Rodrigo Gomide Baquero

Examinador

Prof. Dr. Márcio Borges Moreira

Examinador

Brasília

Dezembro de 2020

Sumário

Lista de Tabelas	vi
Resumo	vii
Introdução	1
Capítulo 1 – Correspondência verbal.....	3
Capítulo 2 - Estereótipo, Preconceito e Discriminação	6
Capítulo 3 - Paradigma da Equivalência de Estímulos.....	11
Capítulo 4 - Modelagem	13
Capítulo 5 - Modelação.....	14
5.1 - Aprendizagem Vicariante Observacional	14
5.2 - Efeitos de Facilitação de Resposta.....	14
Capítulo 6 - Regras	16
Capítulo 7 - Modelo da Discriminação Justificada.....	21
7.1 - Manipulações do Comportamento Verbal	21
Capítulo 8 - Estudos Correlatos	25
8.1 - Preconceito Racial	25
8.2 - Homofobia	26
8.3 - Preconceito Religioso	28
Capítulo 9 - Medidas de Auto-Relato e Medidas Indiretas.....	31
Capítulo 10 - Justificativa Teórica e Objetivos.....	32
Capítulo 11 - Método	35
11.1- Participantes.....	35
11.2 - Local	35

11.3 - Materiais e Instrumentos.....	35
11.4 - Procedimento	36
11.4.1 - Aplicação do questionário para mensuração explícita	36
11.4.2 - Jogo de tabuleiro para mensuração implícita	37
11.5 – Índice de Fidedignidade	39
Capítulo 12 – Resultados	39
Capítulo 12 - Discussão	45
Capítulo 13 – Considerações Finais.....	60
Referências.....	62
Apêndices.....	67
Apêndice I.....	68
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	68
Apêndice II.....	72
Questionário de dados sociodemográficos	72
Apêndice III.....	73
Questionário para mensuração explícita.....	73
Apêndice IV	75
Tabuleiro para mensuração implícita	75
Apêndice V.....	76
Cartas com situações hipotéticas	76
Apêndice VI	85
Parecer Consubstanciado do CEP.....	85

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Quantidade de respostas preconceituosas de cada participante para as respectivas categorias	40
Tabela 2 - Somatório de respostas preconceituosas, de todos os participantes, para cada categoria	40
Tabela 3 - Somatório de respostas preconceituosas referentes ao Experimento 1e ao Experimento 2 para cada categoria	41
Tabela 4 - Somatório de respostas preconceituosas para Experimento 1 e Experimento 2....	42
Tabela 5 - Tabela comparativa acerca das respostas referentes ao questionário de mensuração explícita e ao jogo de tabuleiro: Experimento 1	42
Tabela 6 - Tabela comparativa acerca das respostas referentes ao questionário de mensuração explícita e ao jogo de tabuleiro: Experimento 2	43

Resumo

A presente pesquisa analisou a correspondência dizer – fazer em relação a diferentes categorias de preconceito: racismo, sexismo, homofobia, gordofobia, contra pessoas tatuadas, ageísmo e preconceito religioso. Além disso, investigou a influência do relato de confederados no relato de participantes. Primeiramente, os participantes responderam a um questionário de mensuração explícita e, depois, com um intervalo de aproximadamente 15 dias, participaram de um jogo de tabuleiro o qual apresentava situações hipotéticas em que o preconceito está, comumente, envolvido. Nesse sentido, o questionário mensurou o “dizer” e o jogo de tabuleiro, o “fazer”. Os resultados encontrados demonstraram, em geral, baixa correspondência dizer-fazer no que tange ao fenômeno estudado e, o relato dos confederados parece ter exercido influência sobre o comportamento dos participantes. Essa pesquisa evidencia importância, uma vez que, a partir da articulação entre Psicologia Social e Análise do Comportamento, pesquisase um tema socialmente relevante e de forma inovadora.

Palavras-chave: Psicologia Social, Análise do Comportamento, correspondência dizer-fazer, preconceito.

Introdução

O presente estudo busca ampliar o escopo teórico e experimental acerca de diferentes tipos de preconceito: racismo, sexismo, homofobia, contra pessoas tatuadas, gordofobia, ageísmo e preconceito religioso. Nesse sentido, preconceitos são compreendidos a partir de uma perspectiva social e mensurados por meio de um experimento. Embora, *a priori*, pareça paradoxal, o experimento considera a importância cultural na análise desse fenômeno. A partir de uma amostra homogênea, busca-se manipular e controlar variáveis importantes para alcançar resultados fidedignos.

Crandall e Warner (2005) discorrem sobre a correlação entre crenças grupais e normas sociais. De acordo com o autor, o contexto possibilita (ou não) a emergência da discriminação. Em outras palavras, comportamentos preconceituosos são, em certa medida, controlados e mantidos pelas contingências sociais. Compreender essa articulação é uma importante forma de conhecimento social.

Nessa perspectiva, a partir do respaldo na Análise do Comportamento, instrumentos e tecnologias emergem com potencialidades para contribuir na redução de problemas sociais. Este estudo pode contribuir para a aspiração de alguns leitores em direção ao desenvolvimento de pesquisas e intervenções em níveis micro e macro, fundamentando-se na abordagem em questão. Isto é, utilizar aparatos teóricos, evidências empíricas e princípios comportamentais para compreensão e redução de preconceitos. Por conseguinte, o presente trabalho faz-se relevante uma vez que pesquisa fenômenos permeados no dia-a-dia da sociedade os quais, muitas vezes, passam despercebidos.

Pretende-se analisar a correspondência entre dizer-fazer no que diz respeito a preconceitos. Para isso, haverá a aplicação de um questionário e de um jogo de tabuleiro. Com o questionário, o “dizer”, o quanto os participantes se consideram preconceituosos, será mensurado. A partir do jogo de tabuleiro, o “fazer” será analisado. Portanto, a

correspondência dizer-fazer será a variável independente e os fenômenos relacionados ao preconceito, em diferentes níveis de análise, serão a variável dependente.

Primeiramente, alguns conceitos serão discutidos, sendo eles crenças, estereótipos, atitudes, preconceito e discriminação. A relação entre eles e com contingências sociais será evidenciada ao longo do trabalho. Depois, Paradigma da Equivalência de Estímulos, modelagem e, modelação - envolvendo aprendizagem vicariante e efeitos de facilitação de respostas - serão apresentados. Em seguida, regras, Modelo da Discriminação Justificada e sua relação com tatos distorcidos, mais especificamente, justificativas distorcidas e respostas de racionalização. Logo após, estudos correlatos, justificativa teórica e objetivos serão explicitados. No que tange ao método, participantes, local, materiais e instrumentos e procedimento são explicados. Os resultados expõem os dados coletados durante a pesquisa. Na discussão, os dados são discutidos à luz da teoria comportamental e social.

Capítulo 1 – Correspondência verbal

O comportamento verbal é compreendido como um operante que atua de forma indireta no ambiente. Para que ocorram mudanças no ambiente, é necessário que haja: i) falante e ouvinte e, ii) falante e ouvinte devem pertencer a uma mesma comunidade verbal (Medeiros & Medeiros, 2018). A comunidade verbal diz respeito ao grupo de pessoas que dispõem de treino equivalente na emissão de comportamentos verbais. Nesse sentido, a comunidade verbal é responsável por reforçar, ou não, comportamentos. Logo, esta é caracterizada por treinar a correspondência verbal (Medeiros & Medeiros, 2018).

A correspondência verbal pode ser definida como a relação entre comportamento verbal e não verbal de um indivíduo. Em outros termos, a correspondência verbal diz respeito a uma relação de controle entre estímulo discriminativo e tato verbal (Wechsler & Amaral, 2009). Nessa perspectiva, a ausência de correspondência verbal concerne a uma resposta verbal que ocorre mais em função de outras variáveis do que do estímulo discriminativo (Wechsler & Amaral, 2009).

Um dos fatores que afeta a correspondência verbal são os reforçadores condicionados generalizados. Determinadas consequências providas por uma audiência, seja ela composta por um ou mais ouvintes, são capazes de aumentar a probabilidade de distorção do estímulo que deveria controlar a resposta do falante (Medeiros & Medeiros, 2018). Em razão disso, o falante pode emitir, por exemplo, tatos distorcidos e intraverbais (Medeiros & Medeiros, 2018).

Tatos distorcidos são, basicamente, respostas verbais controladas por outras variáveis que não o estímulo discriminativo; cotidianamente conhecidos por “mentiras”. Intraverbais são operantes verbais evocados por um estímulo discriminativo verbal, todavia a topografia da resposta não apresenta correspondência ponto a ponto (Santos & Andery, 2012).

Intraverbais estão, comumente, presentes nas interações sociais. Ilustrativamente: dois

conhecidos se encontram no *shopping* e um diz “Oi! Tudo bem?”, a outra pessoa responde “Tudo bem e você?”. Considera-se um intraverbal caso a resposta da pessoa tenha sido controlada exclusivamente pela pergunta “tudo bem?”, sem levar em conta, de fato, como ela está. Nesse sentido, o intraverbal é uma relação arbitrária, sem reflexão imediata, evocada por um estímulo discriminativo verbal (Medeiros & Medeiros, 2018; Santos & Andery, 2012).

Um dos desafios presentes nesse campo é de que, muitas vezes, o ouvinte não tem acesso a variável de controle acerca do relato do falante. Desse modo, o ouvinte pode prover consequências de reforçamento, sem necessariamente o comportamento do falante apresentar correspondência (Medeiros & Medeiros, 2018). Nesse sentido, o comportamento verbal é “uma forma de agir no ambiente social de modo a produzir efeitos nos comportamentos das pessoas, e são esses efeitos que controlam o comportamento verbal” (Medeiros & Medeiros, 2018, p. 43). Uma vez que variáveis ambientais influenciam a correspondência verbal, operantes verbais devem ser analisados funcionalmente. Isto é, o relato pode ser preciso ou distorcido e, para uma compreensão mais acurada do fenômeno, a análise funcional é pertinente.

Os estudos nesse campo investigam três tipos de correspondência: dizer – fazer, é analisado se o falante se comporta de forma equivalente ao que relatou anteriormente; ii) fazer – dizer, é analisado se o falante relata, com fidedignidade, o comportamento anterior e, iii) dizer – fazer – dizer, é analisado se o falante se comporta da maneira correspondente ao que disse previamente e, por fim, se relata, com fidedignidade, o que fez (Medeiros & Medeiros, 2018; Santos & Andery, 2012). Portanto, a correspondência verbal é uma área de investigação da Análise Experimental do Comportamento que estuda a relação entre duas classes de respostas as quais ocorrem em condições distintas (Perez, 2017).

A presente pesquisa estuda a correspondência dizer – fazer relativa a diversos tipos de preconceito. Entretanto, de fato, é uma correspondência dizer – dizer, pois o participante

anuncia como se comportaria diante das situações hipotéticas. Em razão de não existirem estudos acerca da correspondência dizer – dizer, o fazer, aqui, diz respeito ao relato sobre como o participante se comportaria frente tais situações, sendo uma aproximação do fazer. Para mais, Skinner (1957) afirma que o dizer é um fazer, devido a ambos os comportamentos serem operantes e devido ao fazer também poder ser emitido na forma de relato, de resposta verbal. Segundo Skinner (1957), a palavra “é uma unidade de comportamento constituída por uma resposta de forma identificável funcionalmente relacionada com uma ou mais variáveis independentes” (Skinner, 1957, p. 36) e, o termo operante relaciona-se com “a previsão e o controle de um tipo de comportamento” (Skinner, 1957, p. 37).

Capítulo 2 - Estereótipo, Preconceito e Discriminação

No presente trabalho, estereótipo, preconceito e discriminação serão compreendidos como uma única categoria, entretanto, em níveis de análise distintos. Para os behavioristas radicais, todos são comportamentos, alguns públicos e outros, privados; alguns respondentes, outros, operantes (Skinner, 1961). Logo, o processo de estereotipização é mais amplo que o preconceito e, por sua vez, este abarca mais fenômenos que a discriminação. A seguir será apresentada uma definição operacional para os respectivos conceitos, todavia, é importante ressaltar que os três termos constituem diferentes formas de descrição de um mesmo fenômeno. Portanto, pretende-se compreender um sistema conceitual a partir da relação funcional entre os termos apresentados (Skinner, 1961).

O entendimento do que se caracteriza como crenças é necessário para a definição de estereótipos. De acordo com Vala (1997), para a Psicologia Social, crenças dizem respeito à caracterização de traços e atributos aos membros de diferentes grupos (Vala, 1997). Logo, têm funções simbólicas, entre elas, a indicação da ancoragem de um indivíduo a um grupo (Abelson & Prentice, 2014). Possuem valores distintivos e compartilhados socialmente (Abelson & Prentice, 2014). Portanto, a partir da perspectiva da Psicologia Social, crenças são consideradas representações sociais hegemônicas, as quais sustentam a estruturação de categorias identitárias e posições sociais hierarquizadas (Vala, 1997).

Uma definição de crenças proposta pela Análise do Comportamento não foi encontrada. Embora Guerin (1994) estude crenças e as relacione com atitudes, não há uma definição explícita do conceito. Desse modo, uma definição foi desenvolvida apoiada na exposta anteriormente e em articulação com um documento sobre vocabulário comportamental (Júnior, Souza & Dias, 2005). Crenças podem ser entendidas como uma forma de comportamento social que passa pelo processo de discriminação interclasse, para a formação de conceitos e, após, pela generalização interclasse. Nesse sentido, crenças são

estabelecidas a partir de relações emergentes, isto é, fundamentam-se na generalização de estímulos, sem treino direto. Logo, crenças se associam com classes de equivalência – estímulos os quais compartilham propriedades de equivalência (Mizael, Santos & Rose, 2016). Com base no apresentado, é possível chegar à ideia de que crenças, para a Análise do Comportamento, podem se configurar como tatos genéricos emparelhados com propriedades e padrões comportamentais, supostamente estáveis, relativos a indivíduos pertencentes a dados grupos. Portanto, crenças constituem estereótipos.

Compreende-se o termo “estereótipo” como traços representativos de grupos sociais, características vinculadas a categorias sociais (Nelson, 2009). Para o autor, o estudo sobre estereótipos indica a percepção das pessoas de maneira mais abrangente e possibilita a distinção entre grupos. Portanto, esse fenômeno diz respeito a um conjunto de crenças sobre características relativas a diferentes grupos (Ashmore & Del Boca, 1981). Além disso, o processo de estereotipização relaciona-se à criação e manutenção de uma identidade social, ao identificar-se com um grupo, o indivíduo reconhece determinadas características como constitutivas dos membros deste grupo e, distingue outros grupos por meio de diferentes atributos (Nelson, 2009). Exemplos de acordo com o tema em questão são: “mulheres são burras”, “homossexuais são promíscuos”, “pessoas pretas cometem mais crimes”, “pessoas tatuadas são negligentes”, “idosos são improdutivos”.

Da mesma forma, para entender o que é preconceito, a elucidação do que se considera atitude é importante. A Psicologia Social discorre sobre atitudes como algo interno às pessoas, as quais guardam uma relação de posse com as atitudes. O indivíduo decide, de modo privado, sobre o gostar e o não gostar e, tais decisões são relatadas em afirmações (Abelson & Prentice, 1989). Ao transpor para termos comportamentais, atitudes envolvem relatos sobre eventos privados (Guerin, 1994). Guerin (1994) sugere que o gostar e o não gostar são baseados em observações do comportamento anterior. Portanto, no presente

trabalho, o termo “atitude” será compreendido como avaliações positivas ou negativas em relação a algo ou alguém.

O preconceito é entendido, aqui, como comportamentos culturalmente condicionados voltados a um grupo social ou indivíduo (Nelson, 2009). Mais especificamente, o preconceito relaciona-se com atitudes, ou seja, respostas avaliativas emitidas de acordo com uma história prévia de aprendizagem (Mizael & Rose, 2017). De acordo com Nelson (2009), o preconceito é entendido como uma atitude negativa em relação a um grupo ou em relação aos membros de um grupo. Pereira e Vala (2010) definem preconceito como a avaliação negativa sobre uma pessoa devido a esta ser identificada como membro de um grupo. Destarte, com base na definição de atitude proposta por Guerin (1994) e nas definições citadas, o preconceito é uma atitude negativa direcionada a determinado grupo, ilustrativamente: “eu não gosto de pessoas pretas”, “eu não gosto de homossexuais”, “eu não gosto de pessoas tatuadas”, “eu não gosto de prostitutas”.

Nesse sentido, considerando que estereótipos vinculam-se a crenças; e preconceitos a atitudes, é possível discorrer sobre a coerência entre crenças e atitudes. A atitude tende a ser coerente à crença, apesar de não ocorrer sempre dessa forma. As pessoas, frequentemente, relatam atitudes e, essas atitudes são justificadas por meio de crenças (Guerin, 1994). As atitudes são relatadas como positivas ou negativas em vista dos resultados, positivos ou negativos: “eu não gosto de energia nuclear, porque a probabilidade da ocorrência de acidentes a partir dessa forma de energia é grande” (Guerin, 1994, p. 160) ou “eu não gosto de pessoas negras/pretas, porque pessoas dessa etnia são pobres e tendem a roubar mais que pessoas de outras cores”, “eu não gosto de homossexuais, porque homossexuais vão contra os fundamentos de reprodução, somente relações entre heterossexuais permitem a procriação”, “eu gosto de homossexuais, porque acredito que somos livres para escolher nossa opção sexual”.

Ressalta-se que se determinada crença da audiência for divergente da crença do falante, esta poderá ser deixada de fora da declaração (Guerin, 1994). Consoante o autor, declarações de atitudes tendem a ser reforçadas quando coerentes às crenças, e, principalmente, caso a comunidade verbal esteja de acordo com as crenças em questão. Isto é, indivíduos tendem a relatar seus preconceitos e, até mesmo, discriminar em contextos onde suas crenças são compartilhadas.

Como último conceito a ser definido, tem-se a discriminação. Segundo Pereira e Vala (2010), trata-se de um comportamento contra um grupo ou contra pessoas concebidas como pertencentes a um grupo. Nesse sentido, a discriminação refere-se ao nível de análise em que há a operacionalização do preconceito. Neste nível de análise, este não é somente um relato avaliativo acerca de alguém ou de algum grupo, vai além do vocabulário descritivo e avaliativo; é um comportamento público, observável contra um grupo ou uma pessoa. Representativamente: uma pessoa mudar de caminho ao ver uma pessoa negra andando na mesma direção e não fazer o mesmo com uma pessoa branca; uma empresa realiza um processo de seleção e os candidatos finais são uma pessoa preta e uma pessoa branca, e, ao final, contrata-se a branca, mesmo que a preta tenha qualificações melhores. Uma mãe pedir para um casal de homossexuais que não se beijem na frente de seus filhos e não fazer o mesmo com um casal de heterossexuais; opor-se à possibilidade de casamento e adoção entre pessoas do mesmo sexo. Um homem interromper constantemente o discurso de uma mulher durante uma reunião de negócios e não fazer o mesmo com homens; um pai mostrar filmes pornográficos para seu filho e não para sua filha da mesma faixa etária.

Conclui-se que a discriminação é uma classe de comportamentos mais restrita que o preconceito, visto que ambos os conceitos dispõem de lógicas de funcionamento distintas. O preconceito pode ser um comportamento tanto privado como público. A discriminação se resume a comportamentos públicos. Todo comportamento discriminatório, contra um grupo

ou indivíduo pertencente a um grupo, é preconceituoso, mas, nem todo comportamento preconceituoso é discriminatório.

A seguir, um modelo será apresentado o qual demonstra que a atitude pode ser compreendida a partir de relações de equivalência entre membros de um grupo e atributos definidos como pertencentes ao grupo. A aprendizagem dessas relações ocorre ao longo da vida do indivíduo, fundamentada nas práticas da comunidade (Carvalho, 2010).

Capítulo 3 - Paradigma da Equivalência de Estímulos

Por meio de procedimentos realizados empiricamente, o Paradigma da Equivalência de Estímulos estuda e produz, em contexto controlado, o comportamento simbólico.

Identifica que não há a necessidade de os indivíduos serem treinados em todas as relações entre os estímulos. Algumas relações não treinadas, sem ensino explícito, vão emergir.

Portanto, diz respeito à formação de um conjunto de relações arbitrárias entre classes de estímulos e, no caso de estudos sobre preconceito, de atributos avaliativos (Carvalho, 2010; Mizael, Santos & Rose, 2016).

Segundo Carvalho (2010), essas relações, nomeadas como emergentes, são descritas em três propriedades: reflexividade, simetria e transitividade. Essas propriedades são critérios para se afirmar a formação das classes de equivalência. A reflexividade é verificada pela relação estabelecida entre um estímulo e ele mesmo (ser capaz de selecionar um estímulo condicionalmente a ele mesmo como estímulo modelo). A simetria concerne à bidirecionalidade da relação entre estímulos, ao escolher B1 diante de A1, escolher A1 diante de B1 sem a necessidade de ensino explícito. Por fim, a transitividade refere-se à aprendizagem da relação entre dois estímulos diferentes, vinculados entre si por um terceiro, se AB e AC, então BC.

Mizael e Rose (2017) relacionam o Paradigma da Equivalência de Estímulos com o preconceito racial:

Deste modo, é possível aprender a relação “negro-inferior”, por exemplo, sem que o indivíduo seja exposto a essa relação de maneira direta, uma vez que a participação indireta em relações com, no mínimo, um estímulo comum (e.g. “negro-pobre”, e “pobre-inferior”) possibilita a derivação de uma relação direta envolvendo tais estímulos. Também é possível derivar relações a partir da bidirecionalidade (simetria) das relações indiretamente aprendidas (e.g. após aprender as relações “negro-ladrão” e

“ladrão-mau”, derivar não somente “negro-mau”, como também “mau-negro”). (Mizael & Rose, 2017, p 368).

O Paradigma da Equivalência de Estímulos estuda comportamentos simbólicos e produz análises sobre a geratividade de comportamentos (Carvalho, 2010). Desse modo, conforme a autora, ao realizar tais procedimentos, é possível explicitar e compreender elementos verbais constituintes de estereótipos sociais. Observa-se, então, a relevância da comunidade verbal no estabelecimento de comportamentos que servem de ocasião para prever atitudes preconceituosas e atos discriminatórios. A construção de relações entre grupos e atributos é, em certa medida, controlada socialmente, ou seja, são estabelecidas classes de estímulos que associam determinados atributos e características a determinados grupos sociais. Nesse sentido, responder a estímulos que possuem significados sociais está em função de contingências sociais firmadas pela comunidade verbal a qual o indivíduo pertence (Carvalho, 2010).

Portanto, conclui-se que o preconceito não decorre, necessariamente, da experiência direta com o objeto. Tais comportamentos são criados, frequentemente, por intermédio da socialização do indivíduo, de processos culturais. Logo, princípios como os de modelagem e modelação vigoram na transmissão dessas atitudes para os membros da comunidade. Considerando que comportamentos são aprendidos, é possível que, a despeito de sua aparente estabilidade, estes podem ser modificados a partir dos mesmos processos os quais os instituíram (Carvalho, 2010). Assim, esse paradigma proporciona instrumentos para se compreender a formação de preconceitos e para reduzi-los, por exemplo, por meio da metodologia do *matching to sample*, descrita em diversos estudos (e.g. Carvalho, 2010; Hübner, 2006; Mizael, Santos & Rose, 2016)

Capítulo 4 - Modelagem

A seguir o procedimento de modelagem será descrito, o qual contribui tanto para o estabelecimento como para a redução de preconceitos.

O produto do procedimento de modelagem é um novo comportamento operante construído baseado em combinações de respostas similares topograficamente. Essas respostas são introduzidas no repertório comportamental do organismo por meio do reforçamento diferencial (Moreira & Medeiros, 2019). Em outros termos, a modelagem consiste em um procedimento em que respostas são, gradativamente, selecionadas em função das consequências, ao passo que aquelas que se distanciam topograficamente do comportamento alvo são extintas (Moreira & Medeiros, 2018).

No caso do presente estudo, a modelagem predominante é a não-sistemática e feita por grupos sociais. Esta acontece de forma lenta e desestruturada e o comportamento do indivíduo é moldado em função das consequências providas pelo grupo (Baldwin & Baldwin, 1986; Vasconcelos, 2014). O comportamento preconceituoso de um indivíduo pode ser estabelecido quando este emite topografias similares de respostas preconceituosas e as consequências para essa classe de comportamentos, providas pela comunidade, são reforçadoras. Respostas similares vão, gradualmente e de modo não-sistemático, se organizando em volta de determinado estímulo discriminativo, no caso, o estímulo discriminativo é o grupo alvo de preconceito (Skinner, 2003).

Nesse sentido, aumenta-se a probabilidade de uma pessoa ser preconceituosa caso as contingências indiquem reforço relativo ao comportar-se de forma preconceituosa, como discriminar. Ou seja, se o indivíduo faz parte de um grupo ou de uma comunidade que reforça comportamentos preconceituosos, a tendência é de que ele passe a emití-los com mais frequência.

Capítulo 5 - Modelação

A modelação consiste na aprendizagem por observação de modelos (Moreira & Medeiros, 2018). Quando o comportamento de um modelo é reforçado, na presença de um observador, aumenta-se a probabilidade de ocorrência de respostas de topografias similares pelo observador (Moreira & Medeiros, 2018).

5.1 - Aprendizagem Vicariante Observacional

Implica a aprendizagem de um novo comportamento. Aprende-se pela observação da emissão de uma resposta a qual o observador não apresentou anteriormente. Em geral, as pessoas observam vários modelos comportando-se de modo semelhante e, assim, agrupam parcelas da performance de cada modelo. Novos comportamentos são produzidos nesse processo uma vez que características distintas são incluídas (Baldwin & Baldwin, 1986).

5.2 - Efeitos de Facilitação de Resposta

O comportamento do modelo funciona como S^D para uma resposta análoga do observador. Os efeitos facilitadores tendem a ser momentâneos (Baldwin & Baldwin, 1986). Por exemplo, uma pessoa que não gosta de homossexuais, observa outra xingando um casal de mulheres. A resposta da segunda pessoa pode atuar como S^D e, estabelecer ocasião para a primeira pessoa também xingar o casal.

Outras variáveis importantes para a aquisição e desempenho de respostas são o comportamento do modelo ser observável e factível para o observador; envolvimento de ambos em atividades semelhantes, presença de atributos similares entre modelo e observador (Baldwin & Baldwin, 1986). Como exemplo, a instituição família apresenta um papel importante na criação e manutenção de comportamentos de crianças. Usualmente, a família estabelece o primeiro e contínuo contato com a criança e esse contato associa-se a experiências positivas e afetivas. Logo, crianças, comumente, observam o comportamento dos pais e os desempenham (Baldwin & Baldwin, 1986). Supondo que pais e irmãos

apresentam comportamentos discriminatórios contra determinados grupos; caso a criança preste atenção em tais comportamentos e os emita, provavelmente, as respostas emitidas serão reforçadas pelos familiares.

Com base no apresentado, o contexto pode ser considerado S^D ou $S\Delta$, isto é, um comportamento pode ser reforçado em um conjunto de estímulos em detrimento de outros. Nesse sentido, aponta-se para a necessidade de as instituições funcionarem como ocasião para emissão de comportamentos fundamentados em princípios igualitários em detrimento de comportamentos preconceituosos. Para isso ocorrer, deve-se pensar e analisar quais comportamentos devem ser reforçados e quais devem ser extintos.

Como analisado, o repertório comportamental de crianças é muito moldado em função do meio em que estão inseridas. Inicialmente, crianças estão inseridas, principalmente, na família e na escola. A partir do momento em que pais e professores se apresentam como modelos, devem se comportar de forma não violenta na interação com o outro. Devem, também, reforçar comportamentos equitativos e não reforçar respostas violentas. Faz-se pertinente discorrer, de forma breve, sobre estilos parentais. Estes podem ser categorizados em i) responsividade e, ii) exigência. O primeiro refere-se a pais que dialogam com os filhos, que buscam reforçar comportamentos a fortalecer e não reforçar aqueles os quais devem enfraquecer. Esses comportamentos favorecem a autonomia dos filhos. Por outro lado, a exigência é explicada, principalmente, por pais que punem, privam e emitem regras constantemente (Costa, Teixeira & Gomes, 2000). Diante disso, pais e professores devem atuar com base na responsividade.

Desse modo, a modelação e a modelagem atuarão na redução de preconceitos. Portanto, os princípios comportamentais são úteis para descrever tanto comportamentos antissociais quanto pró-sociais.

Capítulo 6 - Regras

De acordo com Matos (2001), regras são estímulos discriminativos que descrevem uma contingência. Abarcam o comportamento verbal da pessoa que emite a regra, o falante. Há, também, o ouvinte, responsável pelo reforço ou não da resposta do falante (Matos, 2001). Isto é, o ouvinte pode ou não seguir a regra.

A partir da definição citada, observa-se a presença da linguagem e, portanto, o estudo de regras encontra-se “dentro do campo do comportamento verbal” (Matos, 2001, p. 51). Frente à relação necessária com o comportamento verbal, entende-se que o seguimento de regras decorre do processo de socialização do indivíduo. Logo, o comportamento governado por regras é controlado por contingências sociais (Matos, 2001).

Regras postas pela cultura, religião, costumes e tradições controlam, em grande medida, o comportamento de algumas pessoas (Medeiros, 2002). Deve-se analisar se essas regras “descrevem de forma fidedigna as contingências as quais elas se propõem a descrever” (Medeiros, 2002, p. 113). Muitas vezes não.

Primeiramente, para fins didáticos, um exemplo proposto por Matos (2001) será exposto. Este não apresenta relação com o tema em questão e algumas adaptações foram realizadas. Depois, a relação com comportamentos preconceituosos e discriminatórios será apresentada.

Uma mulher, chamada Maria, está dirigindo e observa uma placa com o seguinte aviso, “Acidente. Fluxo de veículos interrompidos. Vá pelo desvio”. Maria, rapidamente, avalia a situação e decide pegar um caminho diferente para chegar ao local de destino, evitando, assim, a via do acidente (Matos, 2001).

Nesse caso, o aviso do departamento de estradas pode ser compreendido como um antecedente cultural. O comportamento de Maria está sob controle de sua história passada em

relação a avisos do departamento viário. Desse modo, contingências culturais, regras, controlaram sua resposta. Portanto, o estímulo discriminativo é uma regra (Matos, 2001).

De acordo com a autora, o comportamento controlado por regras produz consequências “instrucionais típicas” e “colaterais”. As consequências instrucionais típicas dizem respeito, basicamente, à aprovação social. Já as colaterais concernem à resposta sob análise. No exemplo descrito, as consequências colaterais são “evitar acidentes e multas” e “não se atrasar”.

Em relação ao tema do presente estudo, uma pergunta faz-se pertinente: em casos de comportamentos preconceituosos e discriminatórios, quais são as consequências colaterais? Em sua maioria, essas respostas parecem estar, principalmente, em função das consequências instrucionais, ou seja, de reforçadores sociais. É possível relacionar essa discussão com processos de “facilitação de resposta” (Baldwin & Baldwin, 1986) e com a explicação proposta Guerin (1994), na qual o autor discorre que indivíduos tendem a emitir determinados relatos quando a comunidade verbal compartilha crenças similares. Logo, aumenta-se a probabilidade da emissão de comportamentos preconceituosos em contextos nos quais tais respostas são reforçadas ou, ao menos, não são punidas.

Crianças criadas mais livremente, em contato com contingências naturais, têm o repertório comportamental mais sensível as suas mudanças. Nesse sentido, o comportamento dessas crianças fica, em grande parte, sob controle de procedimentos, como a modelagem, em contingências naturais. Por outro lado, crianças as quais cresceram com os responsáveis, frequentemente, emitindo regras, terão menos contato com contingências naturais (Matos, 2001). Apesar de o controle por regras acelerar a aprendizagem, a tendência é de que se tornem dependentes da descrição, realizada por outro, sobre a relação entre eventos sociais, eventos naturais e resposta a ser emitida (Matos, 2001). O comportamento dessas crianças será mais insensível às contingências naturais e as suas mudanças. Ao seguirem regras,

consequências reforçadoras, sociais e naturais, têm altas chances de ocorrer, ao passo que consequências aversivas são evitadas (Matos, 2001).

O controle pela regra será intensificado caso não se comportem de acordo com o emitido pelo falante e consequências aversivas ocorram. É possível que haja o condicionamento entre “seguimento de regras” e “reforço” e, “não seguimento de regras” e “punição”. Caso esse condicionamento ocorra, tratar-se-á de um operante generalizado. No caso do preconceito, ilustrativamente, uma criança que apresenta tendência a respostas insensíveis às contingências, tem seu comportamento punido de alguma forma, social e/ou naturalmente, em função de desobedecer determinada regra. Então, quando é dito para ela que pessoas pretas são inferiores, homossexuais transmitem doenças e pessoas tatuadas são drogadas e que ela não deve se relacionar com esse tipo de gente, seu comportamento é controlado, majoritariamente, pela descrição de contingências ambientais. Ao entrar em contato com indivíduos pertencentes aos grupos descritos, mesmo que nada seja dito para a criança nesse momento, a probabilidade é de que sua resposta seja similar às anteriores. Ou seja, é provável que ela se comporte de acordo com o que foi falado para ela no passado e presente, assim, comportamentos preconceituosos.

Volta-se às consequências instrucionais. Ao comportar-se de forma preconceituosa, ela, provavelmente, terá a aprovação social da comunidade. Mas, e as consequências colaterais? Quais serão as consequências colaterais em discriminar alguém?

Blakely, Schlinger e Rules (1987) propõem uma visão distinta para regras, discorrem sobre regras como estímulos especificadores de contingências e, mais especificamente, como alteradoras de função. Nesse sentido, entendem que o comportamento não é evocado imediatamente como efeito da regra, todavia, o efeito é, frequentemente, atrasado (Schlinger & Blakely, 1987; Blakely, Schlinger & Rules, 1987).

Nesse sentido, uma mãe diz para sua filha “por favor, se algum dia você tiver colegas homossexuais em sala de aula, mude de turma”. Embora esse estímulo especificador de contingência tenha vários efeitos, ressalta-se os efeitos sobre a função do estímulo descrito pelo estímulo especificador de contingência. Como resultado direto do estímulo especificador de contingência, e como evidência para sua alteração de função, a presença de homossexuais em sala de aula evocará o comportamento de mudar de turma. Antes qualquer comportamento poderia ser evocado, por exemplo, conversar com os colegas. O estímulo especificador de contingência não evoca o comportamento, a menina não iria mudar de turma imediatamente após o estímulo especificador de contingência ser declarado. Nesse sentido, é o ingresso de homossexuais em sala de aula que evoca o comportamento e não o estímulo especificador de contingência. Portanto, observa-se que regras podem alterar a função de diferentes estímulos, no caso, o grupo alvo de preconceito, homossexuais, aumentando a probabilidade de ocorrência de comportamentos discriminatórios.

Uma vez que a sociedade se comporta em função das contingências culturais, deve-se trabalhar a cultura (Matos, 2001). Para mudanças em nível micro, terapeutas podem, por exemplo, estimular o terapeutizando a desenvolver autorregras – contingências discriminadas pelo próprio indivíduo -, com o objetivo de que ele passe a compreender quais são as variáveis controladoras de seu comportamento (Medeiros, 2002). Assim, o terapeutizando, em certa medida, realiza as análises funcionais de forma mais fidedigna (Medeiros, 2002). Para isso, o terapeuta pode atuar por meio da audiência não punitiva e utilizar recursos como modelagem e modelação (Medeiros, 2002). Em relação ao nível macro, na medida em que “seguir regras é um comportamento evolutivo culturalmente determinado, cuja aquisição é gradual” (Matos, 2001, p.58), uma mudança estrutural deve ocorrer. Essa mudança pode se dar através de políticas públicas, movimentos sociais, investimento em psicoeducação e outros.

Continuamente, o Modelo da Discriminação Justificada (MDJ), desenvolvido por Pereira e Vala (2010), será apresentado. O modelo discorre sobre conjunturas em que há políticas de combate à discriminação e que mesmo com tais medidas a discriminação ainda se configura como um problema recorrente. Abre-se espaço para uma pergunta: “por que em sociedades em que a expressão do preconceito e da discriminação é condenada social e juridicamente, como é o caso do Brasil, ainda persistem episódios de discriminação?” (Modesto et al., 2017, pg 1). Baldwin e Baldwin (1986) discorrem sobre a punição vicariante diante desse contexto: esta é ineficaz na medida em que promove, somente, a supressão temporária das respostas violentas.

Capítulo 7 - Modelo da Discriminação Justificada

O Modelo da Discriminação Justificada (MDJ) busca compreender, principalmente, a permanência da discriminação em sociedades em que é considerada crime, em cenários regidos por normas igualitárias. Nessa perspectiva, parte-se do pressuposto de que a discriminação é um comportamento contra normativo e de que para emergir deve ser, de algum modo, legitimada. Utiliza-se, então, mitos legitimadores como justificativa - o que aumenta a probabilidade de aceitação social do ato discriminatório uma vez que este passa despercebido. Em outras palavras, pessoas preconceituosas, muitas vezes, discriminam e fazem uso de justificativas as quais aparentam ser plausíveis e sustentáveis em determinado contexto. Nesse sentido, a justificativa funciona como mediadora entre o preconceito e a discriminação (Pereira & Vala, 2010; Modesto et al., 2017).

Portanto, o propósito central diz respeito a justificativas (pretensamente não preconceituosas) ocultarem o preconceito de um ato discriminatório. Pessoas buscam discriminar de forma que não explicita infração às normas sociais, a discriminação acontece de forma indireta, de modo dissimulado. Diversos discursos vistos como “livres de preconceito”, na verdade, firmam desigualdades sociais e conservam o *status quo* (Pereira & Vala, 2010).

7.1 - Manipulações do Comportamento Verbal

O Modelo da Discriminação Justificada pode ser associado a determinados conceitos da Análise do Comportamento: manipulações do comportamento verbal. De acordo com Medeiros (2013), as manipulações do comportamento verbal são caracterizadas como “respostas verbais cuja relação de controle entre uma variável e a topografia, supostamente controlada por ela, é alterada pelo advento de outras variáveis. Variáveis essas relativas principalmente às consequências do comportamento” (Medeiros, 2013, p. 158). Entre as

categorias pertencentes às manipulações do comportamento verbal, tem-se os tatos distorcidos. Segundo o autor, o tato distorcido é definido como

Uma distorção no controle do S^D não verbal sobre a topografia da resposta verbal, a qual ficou mais sob o controle das consequências do que sob o controle do estímulo antecedente (...). No tato distorcido obrigatoriamente é quebrada a relação discriminativa entre o estímulo não verbal e a resposta verbal (Medeiros, 2013, p.163).

Em termos do senso comum, tatos distorcidos são compreendidos como mentiras (Medeiros, 2013). Nesse sentido, busca-se relacionar o Modelo da Discriminação Justificada às manipulações do comportamento verbal, sendo essas manipulações referentes a tatos distorcidos e, mais especificamente, às justificativas distorcidas e às respostas de racionalização, as quais serão discutidas a seguir.

As justificativas distorcidas dizem respeito a um dos casos pertencentes aos tatos distorcidos. Conforme Medeiros (2013), as justificativas distorcidas são qualificadas como Tatos distorcidos acerca das variáveis controladoras de um dado comportamento. O controle aversivo surge como variável de controle relevante (...). Se o comportamento a ser justificado foi passível de punição, uma alternativa eficaz de evitá-la é oferecer uma justificativa socialmente aceita para emití-lo (Medeiros, 2013, p.166)

Relatar que é contra cotas raciais e sociais e justificar tal posicionamento ao falar que essa medida intensifica a desigualdade entre as etnias e o contraste social pode ser eficaz em um contexto no qual normas igualitárias operam. Um tato puro, como por exemplo, “sou contra as cotas raciais e sociais, porque acredito que pessoas pretas e pessoas pobres roubam minha vaga utilizando as cotas, diferentemente dessas pessoas eu mereço entrar em uma faculdade federal,” tem uma probabilidade muito grande de punição. Logo, a justificativa distorcida faz com que o comportamento de se posicionar contra cotas não seja punido com

grande magnitude, sobretudo ao comparar os estímulos punitivos relativos à emissão do tato puro (Medeiros, 2013).

As respostas de racionalização são outra forma de tatos distorcidos. São definidas como “tatos distorcidos para si mesmo acerca das variáveis controladoras de um dado comportamento sem autoconhecimento” (Medeiros, 2013, p. 168). Isto é, para o falante a sua justificativa não é distorcida, como se fosse, de fato, as variáveis as quais descreve que controlam seu comportamento punido no passado (Medeiros, 2013). Segundo o autor, “funcionam como respostas de fuga quando o comportamento anteriormente punido já foi emitido, e como respostas de esquiva quando emitidos antes da emissão do comportamento anteriormente punido” (Medeiros, 2013, p.167).

Uma pessoa atea está em um assento no ônibus, entra uma idosa carregando sacolas de compras de supermercado, com vestimentas as quais explicitam sua religiosidade, usa terço e veste uma blusa estampada com Jesus. O ateu não oferece seu lugar para a senhora. A pessoa atea se sentirá mal caso discrimine que a religiosidade da idosa foi o que controlou seu comportamento de não disponibilizar o assento do ônibus. Possivelmente, se comportar de forma a discriminar outros em função da religião, ou seja, sob controle da variável “religiosidade” já foi um comportamento punido no passado. O indivíduo pode justificar seu comportamento pelo dia estressante, como uma forma de fuga (Medeiros, 2013). Discriminar na cultura dessa comunidade, em função da religião de outra pessoa, é passível de punição. Uma forma de evitar a punição é justificar esse comportamento por outra variável. A resposta verbal “só não cedi o assento para a senhora hoje, porque tive um dia difícil, esqueci de levar meu almoço para o trabalho e ainda discuti com meu chefe” será compreendida como uma resposta de racionalização desde que tenha a função de fuga e seja emitida sem autoconhecimento acerca das variáveis controladoras do comportamento (Medeiros, 2013).

Nesse sentido, a discriminação justificada, apresentada pelo MDJ, pode se configurar, na Análise do Comportamento, como manipulação do comportamento verbal, nomeadamente, como tatos distorcidos. A discriminação justificada ocorre, principalmente, em conjunturas anti-preconceito, uma vez que as crenças da audiência presente nesse contexto, dedutivamente, são contrárias às do falante. Para que tal atitude seja expressa sem explicitar infração aos valores sociais vigentes, a tendência é de que o falante emita tatos distorcidos - com ou sem autoconhecimento. Assim, a probabilidade de punição do comportamento do falante ou a magnitude da punição diminui em detrimento da emissão de tatos puros. Portanto, a discriminação justificada pode ser compreendida como uma distorção na relação de controle estímulo discriminativo não verbal e resposta verbal, em que a topografia da resposta verbal minimize ou isente-se de consequências punitivas.

Capítulo 8 - Estudos Correlatos

8.1 - Preconceito Racial

Pereira e Almeida (2003) analisaram a relação entre discurso justificador e preconceito racial. O estudo contou com 120 estudantes universitários, divididos em dois grupos: controle, caracterizado por não ter acesso ao discurso justificador e; experimental, designado por possuir acesso ao discurso justificador.

Para ambos os grupos, apresentou-se um cenário hipotético no qual a gerente de uma loja de cosméticos precisava contratar um funcionário. Após realizar o processo de recrutamento e avaliar os currículos, a gerente selecionou os dois melhores currículos: duas mulheres com as competências iguais. Então, as duas candidatas foram convocadas para uma entrevista presencial. Uma mulher era branca e a outra, preta. Para o grupo controle, foi posto que a gerente não hesitou e contratou a moça branca, sem apresentar justificativas. Para o grupo experimental, a gerente também decidiu contratar a mulher branca, todavia, apresentou uma justificativa. Disse que não se considera preconceituosa, mas que a sociedade brasileira, leia-se potenciais clientes, é preconceituosa e, por esse motivo, deveria contratar a mulher branca. Dessa forma, estaria exercendo a função de administradora de negócios.

Como resultado, com base em uma escala de 1 a 7, os estudantes disseram não ter preferência em relação à cor da pele quando são atendidos ($m=3,9$), mas acreditam que a sociedade prefere ser atendida por uma pessoa branca ($m = 5,8$). O grupo experimental apresentou preconceito médio ($m=4,1$), superior ao do grupo controle ($m= 2,8$). A condição controle compreendeu a tomada de decisão da gerente como mais injusta ($m =2,0$) do que a condição experimental ($m=3,1$). Ao perguntar para os estudantes, caso estivessem na posição de gerente, quem tenderiam a contratar, os do grupo experimental apresentaram inclinação a contratar a mulher branca ($m=5$) e, os do grupo controle localizaram-se em torno do ponto médio da escala ($m=4$). Portanto, o discurso justificador da discriminação influenciou mais a

perspectiva dos estudantes em relação aos princípios organizadores da decisão da gerente comparado à tomada de decisão em si.

Nas conclusões teóricas, discorre-se sobre as respostas dos universitários, o preconceito pessoal é negado enquanto a sociedade é definida como preconceituosa. Nesse sentido, destaca-se o preconceito pela ótica das relações de poder estabelecidas entre grupos e, essa conjuntura acaba por “justificar” processos de discriminação. A ambiguidade, característica da mentalidade pós-moderna, também é evidenciada. Discursos congruentes aos princípios fraternais e igualitários estão permeados na sociedade e, ao mesmo tempo, esta se mostra substancialmente competitiva. O discurso de igualdade está presente ao passo que a submissão às leis de mercado também. Trata-se, portanto, de discursos contrários às práticas culturais. Isto é, baixa correspondência entre dizer-fazer relativa ao preconceito racial. Logo, discursos justificadores contribuem para crenças, aparentemente, favoráveis à justiça e ao profissionalismo em um cenário onde, na verdade, o preconceito está presente.

8.2 - Homofobia

Lacerda e Camino (2002) buscaram compreender a expressão do preconceito fundamentada em explicações dadas à homossexualidade, relacionando curso de graduação, sexo e religião. Participaram desse estudo 220 estudantes de uma universidade pública da cidade de João Pessoa; em sua maioria, graduandos em engenharia civil, medicina e psicologia.

Como variáveis dependentes, estabeleceram três grupos: não preconceituosos, preconceituosos sutis e preconceituosos flagrantes. Como variáveis independentes têm-se os dados sociodemográficos (sexo, religião e curso) e o tipo de concordância às explicações da homossexualidade.

A Escala de Explicações da Homossexualidade foi utilizada, com 15 itens relativos a cinco possíveis explicações: i) explicações biológicas, homossexualidade como uma doença

devido a distúrbios de natureza fisiológica, hormonal ou gestacional; ii) explicações ético-morais, homossexualidade alusiva à falta de caráter, de respeito e de valores morais; iii) explicações religiosas, homossexuais como pessoas as quais não seguem a palavra de Deus, com espiritualidade e religiosidade fracas; iv) explicações psicológicas, relacionam-se a traumas sexuais vividos na primeira infância e, v) explicações psicossociais, não compreendem a homossexualidade como uma doença, mas como uma orientação sexual como todas as outras e que deve ser entendida em sua totalidade. Os autores também se basearam na Escala de Rejeição à Intimidade. Situações do dia a dia envolvendo a intimidade entre homossexuais foram apresentadas. Os estudantes deveriam marcar em uma escala tipo-Likert, com variação de 1 a 5, o quanto se sentiam incomodados com cada uma das situações, sendo 1 equivalente a “não me incomoda” e 5 a “incomoda-me muito”. A última escala aplicada chama-se Escala da Expressão Emocional, os participantes deveriam marcar em uma escala tipo-Likert, com variação de 1 a 5, as emoções vivenciadas em relação à homossexuais. A escala continha emoções positivas (admiração, respeito e amor) e, negativas (desprezo, raiva e nojo).

A análise dos dados baseou-se no Modelo da Análise Quantitativa das Representações Sociais. O grupo 1, caracterizado como o grupo dos não preconceituosos, abarcou 24% dos participantes. Definido, basicamente, por poucas emoções negativas, muitas emoções positivas e baixa rejeição à intimidade. Eram, majoritariamente, estudantes de psicologia. O grupo 2, dos preconceituosos sutis, conteve 38% dos estudantes. Definido por poucas emoções negativas, poucas emoções positivas e situam-se um pouco abaixo da média na Escala de Rejeição à Intimidade. Em geral, foram estudantes de medicina e mulheres. Por fim, o grupo 3, dos preconceituosos flagrantes, abrangeu 38% dos participantes. Definido por muitas emoções negativas, poucas emoções positivas e muita rejeição à intimidade; eram, majoritariamente, estudantes de engenharia civil.

Os dados expõem que os estudantes de medicina e as mulheres participantes, apesar de não se posicionarem como explicitamente preconceituosos, favorecem práticas discriminatórias uma vez que a homossexualidade é explicada como doença biológica ou psicológica. Lacerda e Camino (2002) sugerem, para próximos estudos, analisar qual gênero sofre mais preconceito, acreditam que são os homens em função da cultura machista. Essa hipótese busca compreender o preconceito contra homossexuais a partir de uma lógica das relações de poder. Ou seja, por meio da representação cultural referente ao sexo masculino como superior ao feminino e, nesse sentido, quando um homem assume atributos femininos, este fere a dignidade masculina.

8.3 - Preconceito Religioso

O artigo de Aquino, Gouveia, Silva e da Silva (2013), investigou a correlação entre valores humanos e preconceito religioso. A amostra contou com 200 estudantes do Ensino Médio. Como instrumentos utilizaram Escala de Tolerância Religiosa, desenvolvida pelos autores; Questionário de Valores Básicos e Questionário de Dados Sociodemográficos.

A Escala de Tolerância Religiosa mensura o nível de tolerância e intolerância religiosa. Inicia-se a partir da apresentação de um cenário hipotético:

Carlos conhecia Maria há vários anos, pois estudavam na mesma escola e participavam juntos de atividades esportivas e culturais. Maria resolveu iniciar um namoro com Carlos, até que, no dia 8 de dezembro, feriado religioso da cidade, Maria, que era evangélica, convidou-lhe (*sic.*) para participar de um culto em sua Igreja. Para sua surpresa, Carlos disse que não poderia ir, pois iria participar da festa de Iemanjá, justificando que era adepto de religião afro-brasileira há vários anos, e que iria fazer as suas oferendas naquele dia. O que Maria deveria fazer? (Aquino et al., 2013, p. 263).

Depois, os participantes responderam aos itens, com base em uma escala tipo Likert, de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente). Os itens descreviam possíveis

comportamentos de Maria frente à situação e, deveriam assinalar de acordo com o que considerassem mais adequado. Para melhor compreensão, três afirmações serão apresentadas: “terminar o namoro e procurar outra pessoa de sua religião”, “continuar namorando com (*sic.*) Carlos, mesmo que ele permaneça com sua religião” e, “tentar converter Carlos para a sua religião” (Aquino et al., 2013, p. 265).

Em relação ao Questionário de Valores Básicos, este é dividido em subfunções psicossociais e, os participantes deveriam assinalá-las, em uma escala de 1 (totalmente não importante) a 7 (de extrema importância).

Experimentação (emoção, prazer e sexual), realização (êxito, poder e prestígio), existência (estabilidade pessoal, saúde e sobrevivência), suprapessoal (beleza, conhecimento e maturidade), normativa (obediência, religiosidade e tradição) e interativa (afetividade, apoio social e convivência) (Aquino et al., 2013, p. 263).

Sobre os resultados encontrados, no tocante ao Questionário de Valores Básicos, a subfunção experimentação se correlacionou negativamente com seguimento de padrões religiosos convencionais, isto é, as pessoas as quais assinalaram “experimentação” evidenciam baixa implicação em padrões religiosos. A subfunção normativa é a que mais se relacionou com “religiosidade”. O principal resultado encontrado diz respeito à correlação proporcional entre religiosidade, envolvimento com a religião e preconceito contra outras religiões. Isto é, quanto mais envolvido com sua religião, maior o preconceito contra outras religiões e, no caso deste artigo, maior intolerância com a matriz religiosa afro-brasileira.

Diante dos resultados, o artigo propõe uma reflexão acerca do preconceito e da discriminação sofridos por grupos religiosos minoritários. Esses grupos tendem a ser alvo de preconceito de grupos religiosos majoritários. Nesse sentido, o ensino religioso nas escolas é indicado como um fator importante para redução do preconceito existente entre religiões.

Destaca-se que o ensino deve ocorrer de forma a não priorizar valores de determinadas

religiões, o objetivo deve ser a promoção de conhecimento acerca das diferentes práticas. Portanto, a disseminação, correta, do conhecimento sobre a diversidade religiosa com o propósito de favorecer interações saudáveis entre grupos distintos faz-se pertinente nesse contexto.

Capítulo 9 - Medidas de Auto-Relato e Medidas Indiretas

Ao longo dos anos, as topografias de expressão do preconceito passaram por transformações. De acordo com Lima e Vala (2004), entre os séculos XVI e XIX, o preconceito flagrante predominava, discriminava-se de forma explícita. Em contrapartida, na contemporaneidade, constatam-se novas configurações desse fenômeno que ocorre, frequentemente, de forma velada (Lima & Vala, 2004; Modesto et al., 2017). Diante desse cenário, medidas de auto-relato, tradicionalmente empregadas em pesquisas para mensurar o preconceito estão aptas para analisá-lo de forma parcial, entretanto não integralmente. Os resultados de pesquisas referentes aos baixos índices de preconceito podem ser interpretados a partir da existência de normas sociais igualitárias e da função reforçadora condicionada de aceitação social no contexto, ou seja, tais resultados podem estar associados a auto-relatos distorcidos (Modesto et al., 2017). Nesse sentido, como alternativa ao auto-relato, a literatura (e.g. Dovidio, Kawakami, Johnson, Johnson, & Howard, 1997; Devine, Plant, Amodio, Harmon-Jones, & Vance, 2002; Olson & Zabel, 2016) sugere o uso de medidas indiretas para a avaliação do conteúdo implícito do preconceito. Como exemplos de instrumentos que buscam superar as limitações das mensurações explícitas têm-se o Teste de Associação Implícita (e.g. Greenwald, McGhee, & Schwartz, 1998) e diferentes estratégias de *priming* (e.g. Devine, 1989; Lima, Machado, Ávila, Lima, & Vala, 2006; Payne, 2001).

No presente trabalho, a partir da aplicação do questionário, o preconceito explícito será mensurado. Por outro lado, através do jogo de tabuleiro, o preconceito implícito será analisado. Portanto, a aplicação dos instrumentos ocorrerá de forma complementar e de maneira a permitir a comparação entre ambos os resultados.

Capítulo 10 - Justificativa Teórica e Objetivos

Analisar o fenômeno através de duas formas de medida, explícita e implícita, pode permitir reconhecer variáveis as quais afetam a confiabilidade do discurso. Em outras palavras, o esperado é que, ao utilizar a medida explícita, participantes emitam intraverbais – correspondente a marcação no questionário – uma vez que admitir-se preconceituoso/a no atual contexto, provavelmente, foi punido no passado. Portanto, presume-se que os participantes, ao responderem o questionário de medida explícita, não se considerem preconceituosos.

Diante do exposto, faz-se pertinente discutir “autoconhecimento”. O autoconhecimento relaciona-se ao comportamento consciente, equivale ao “comportamento de discriminar comportamentos próprios e variáveis que os controlam” (Brandenburg & Weber, 2005, p. 88). Consoante as autoras, trata-se da descrição de dois comportamentos, o descrito e o de descrever, os quais estão sob o controle de variáveis distintas. Portanto, o autoconhecimento é um comportamento verbal discriminativo que descreve o próprio comportamento e suas variáveis de controle (Brandenburg & Weber, 2005; Skinner, 2003).

A falta de autoconhecimento diz respeito à ausência de consciência acerca das contingências ambientais vinculadas ao próprio comportamento (Brandenburg & Weber, 2005). Caracteriza-se como o não reconhecimento das variáveis cujo próprio comportamento é função (Skinner, 2003). Segundo Skinner (2003), a relação funcional entre comportamento e uma variável importante é passível de dispor de aspectos físicos sutis. Observar um casal de homossexuais se beijando em meio a uma multidão no carnaval pode ser um estímulo capaz de produzir diferentes respostas como, por exemplo, uma mudança no humor. Entretanto, o fato de que isto ocorreu, em função da cena observada, pode não ser identificado pela pessoa.

Quando um comportamento é punido, a tendência é de que os estímulos relacionados a esta resposta se tornem aversivos. Logo, comportamentos os quais diminuem a

probabilidade de entrar em contato com tais estímulos são, automaticamente, reforçados (Skinner, 2003). Como possível efeito da punição, indivíduos podem se comportar de forma a não tomar conhecimento acerca das variáveis controladoras relativas à resposta punida. Em termos do senso comum, pode ser descrito como o “não gostar de pensar sobre”. Portanto, evita-se entrar em contato com a estimulação aversiva condicionada ocasionada pela punição. Um exemplo são as respostas de racionalização (Skinner, 2003).

Nesse sentido, espera-se que os participantes apresentem baixo autoconhecimento com relação aos próprios preconceitos. Em outros termos, a discrepância esperada entre os dois instrumentos pode se constituir em ausência de autoconhecimento, em que as respostas explícitas, auto descritivas, podem estar mais sob controle das possíveis consequências. A partir das situações hipotéticas presentes no jogo de tabuleiro – medida implícita - supõem-se que os participantes emitam mais tatos puros em detrimento de tatos distorcidos e intraverbais. Isto é, presume-se que, a partir das situações hipotéticas, as respostas dos participantes sejam mais controladas pelo estímulo antecedente. Desse modo, ratificar-se-á ou refutar-se-á a hipótese de que a correspondência entre dizer-fazer contingente ao preconceito e à discriminação é baixa.

Além disso, haverá a comparação acerca do comportamento dos participantes que jogarão individualmente com aqueles que jogarão com os confederados. Espera-se que o relato dos confederados exerça influência sobre o relato dos voluntários. Essa conjuntura permitirá analisar o efeito da audiência nas respostas verbais emitidas pelos participantes.

A Análise do Comportamento se encontra em estágio inicial no que tange a produção de pesquisas as quais estudam experimentalmente fenômenos relacionados ao preconceito e à discriminação. Empiricamente, as pesquisas sobre preconceito estão mais associadas às relações de equivalência em detrimento de outros campos de investigação da abordagem. Nesse sentido, na medida em que se articula a Psicologia Social ao Behaviorismo Radical,

contribuiu-se de forma inovadora para a análise e compreensão de processos relacionados a diferentes formas e níveis de preconceito.

Por conseguinte, este estudo poderá servir de estímulo para que os analistas do comportamento direcionem mais seus estudos para temas como este; auxiliar e suscitar a construção de novos experimentos e pesquisas socialmente relevantes. E, a partir daí, desenvolver e sistematizar métodos para redução, de fato, de preconceitos.

Capítulo 11 - Método

11.1- Participantes

Oito pessoas participaram dessa pesquisa, sendo seis participantes reais e dois participantes confederados. Em relação aos participantes reais, cinco do sexo masculino e um do feminino. Sobre os confederados, um do sexo masculino e outro do sexo feminino. Os participantes foram escolhidos com base nos seguintes critérios: estudantes de uma mesma instituição de ensino superior, faixa etária entre 20 e 30 anos, renda mensal média familiar entre R\$ 10.000 e R\$ 20.000 e, residir no plano piloto. Além disso, poderiam cursar qualquer graduação, com exceção de psicologia. A participação foi voluntária e a concordância, atestada por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice I).

A presente pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB -, com projeto de número CAAE 37036420.5.0000.0023 (Apêndice VI).

11.2 - Local

A aplicação, de modo geral, se deu na quadra que os participantes voluntários residiam – com a exceção de uma aplicação que ocorreu na casa de uma participante confederada. O local foi definido *a priori* e em conjunto com os participantes. Interrupções foram evitadas. Em função do COVID-19, as seguintes medidas foram tomadas para experimentador e participante: uso de máscara, *face shield*, álcool em gel antes e após o manejo do jogo de tabuleiro; distanciamento de, no mínimo, 1,5 metros (recomendado pela Organização Mundial da Saúde).

11.3 - Materiais e Instrumentos

- 1) Questionário de Dados Sociodemográficos (Apêndice II)
- 2) Questionário para mensuração explícita, com escala Tipo-Likert (Apêndice III)

- 3) Acesso ao celular ou ao computador para responder aos questionários
- 4) Tabuleiro (Apêndice IV)
- 5) Cartas com situações hipotéticas (Apêndice V)
- 6) Dado com seis faces
- 7) Pinos

11.4 - Procedimento

Primeiramente, para seleção dos participantes, a pesquisadora enviou o Questionário de Dados Sociodemográficos para voluntários. Após essa etapa, os participantes foram recrutados com base nos critérios descritos em ‘participantes’. A escolha dos participantes foi não probabilística, por conveniência. Isso ocorreu porque, ao realizar uma pesquisa experimental sobre crenças sociais, o controle experimental faz-se importante para validação dos resultados. Após o aceite em participar do experimento, o TCLE foi entregue, uma cópia para o experimentador e outra para os participantes.

Em seguida, o experimento teve início; dividido em duas partes: 1) aplicação do questionário para mensuração explícita; 2) aplicação de um jogo de tabuleiro. Os preconceitos estudados foram: racismo, sexismo, homofobia, gordofobia, contra pessoas tatuadas, ageísmo (contra idosos) e preconceito religioso.

11.4.1 - Aplicação do questionário para mensuração explícita

Esse questionário (Apêndice III) visa a identificar o quanto o participante se considera preconceituoso, para diferentes categorias de preconceito. Portanto, é uma medida de auto-relato. O questionário apresenta as diferentes categorias e os participantes pontuaram cada uma com base em uma escala Tipo-Likert (0- não me considero preconceituoso/a, 1- pouco preconceituoso/a, 2- medianamente preconceituoso/a e 3- muito preconceituoso/a). Uma vez que a pesquisa trata da correspondência verbal, o objetivo desse questionário foi mensurar o “dizer”.

11.4.2 - Jogo de tabuleiro para mensuração implícita

Com um intervalo de tempo de aproximadamente 15 dias a etapa seguinte, a aplicação do jogo de tabuleiro (Apêndice IV), foi posta em prática. Essa atividade, desenvolvida pela pesquisadora, teve como objetivo trazer cenários cotidianos, permeados por estereótipos, preconceito e discriminação, para um jogo de tabuleiro. Buscou-se, a partir do relato dos participantes, de forma lúdica e por meio da apresentação de situações hipotéticas, uma aproximação do “fazer” em face de tais situações. Como dito na justificativa teórica e objetivos, o propósito foi de que a partir dessa medida implícita, houvesse mais fatos puros em detrimento de intraverbais e fatos distorcidos. Presumiu-se baixo autoconhecimento dos participantes em relação aos comportamentos considerados preconceituosos. Assim, sendo possível analisar a correspondência dizer-fazer.

Para análise de dados e discussão, o preconceito foi compreendido como uma avaliação negativa direcionada a um grupo ou a um indivíduo pertencente a determinado grupo. A discriminação é entendida como um comportamento contra um grupo ou contra um indivíduo concebido como pertencente a um grupo. Apesar de se referirem a diferentes níveis de análise, fazem parte de um mesmo sistema conceitual. Portanto, ambos são comportamentos preconceituosos. Sendo assim, são considerados, aqui, integralmente, como um grupo majoritário que apresenta comportamentos os quais diferenciam, de modo negativo, um grupo minoritário.

Três participantes jogaram sozinhos. Os outros cinco jogaram em grupo. No jogo em grupo, para maior controle sobre os efeitos causados no participante real, duas pessoas foram confederadas. Os confederados foram os mesmos para as três aplicações grupais. Ou seja, buscou-se evitar a presença de variáveis que não pudessem ser controladas. Portanto, foram três aplicações individuais e três grupais, dado que nas aplicações grupais apenas um participante era voluntário. Dessa forma, foi analisado se as pessoas que jogaram sozinhas

apresentaram relatos mais ou menos preconceituosos quando comparadas com as que jogaram em grupo. Em outras palavras, foi possível observar se o relato dos confederados influenciava o do voluntário. Nesse sentido, o preconceito foi avaliado em duas perspectivas: do indivíduo e de processos grupais.

Para fins didáticos, os participantes que jogaram individualmente pertencem ao “Experimento 1” e os participantes que jogaram em grupo, com confederados, ao “Experimento 2”. Primeiramente o procedimento do jogo será descrito de modo generalizado. Depois, as diferenças entre a aplicação individual e em grupo serão explicitadas.

Sete tipos de preconceito foram estudados, com sete situações hipotéticas para cada categoria. Cada casa do jogo teve uma cor correspondente a um tipo de preconceito. Hipoteticamente: o participante jogou o dado e o número representado no dado é o quatro. Ele anda com seu pino até a casa quatro, de cor rosa. Essa cor equivale às cartas com perguntas sobre homofobia. Então, a pesquisadora retirava uma carta rosa e lia a pergunta em voz alta: “Seu irmão te fala que teve uma experiência sexual com outro homem e diz que gostou. Qual sua reação?”. O jogo terminava quando as 49 situações hipotéticas fossem realizadas, isto é, quando as sete questões para cada categoria, para cada tipo de preconceito, fossem sanadas.

Em relação à aplicação individual, Experimento 1, o jogo foi desenvolvido de acordo com o descrito. Na aplicação grupal, Experimento 2, uma ordem para cada participante jogar o dado foi estabelecida. Mas, todos respondiam a todas as perguntas realizadas, independente de quem jogou o dado, com a ressalva de que quem jogava o dado era a primeira pessoa a responder.

Sobre a atuação dos confederados: fundamentando-se no questionário de auto-relato, os confederados emitiam respostas preconceituosas para as categorias que o voluntário assinalou “não me considero preconceituoso” e “pouco preconceituoso”. Emitiam respostas

não preconceituosas para as categorias que o voluntário assinalou “medianamente preconceituoso” e “muito preconceituoso”. Para mais, os confederados guiaram-se por um preconceito velado, sutil. Isto é, apresentavam justificativas distorcidas, leia-se socialmente aceitas. O relato preconceituoso era velado com o objetivo de influenciar e não de intimidar o voluntário. As respostas foram definidas *a priori*. É possível relacionar o comportamento dos confederados com o Modelo da Discriminação Justificada, discutido na fundamentação teórica. Exemplo: “Você é dono/a de uma loja e precisa contratar alguém. Realiza o processo de recrutamento e analisa os currículos. Os currículos de dois homens foram os mais adequados, com as mesmas competências. Você os convoca para uma entrevista presencial. Um homem é preto e o outro é branco, qual você tenderia a contratar?”, tem-se a resposta de um dos confederados: “eu tenderia a contratar o homem branco, porque as pessoas são muito racistas no Brasil, seria mais pela sociedade do que por mim, sabe?”

Para melhor compreensão acerca do jogo de tabuleiro, visualizar apêndices IV e V.

11.5 – Índice de Fidedignidade

O índice de fidedignidade foi calculado com base na seguinte fórmula:

$$\text{concordâncias} \div (\text{concordâncias} + \text{discordâncias}) \times 100$$

O Experimento 1, caracterizado pelos participantes que jogaram individualmente, apresentou índice de fidedignidade de 96 %. O Experimento 2, referente aos participantes os quais jogaram em grupo, apresentou índice de fidedignidade de 98%. Portanto, o índice total é de 97 %.

Capítulo 12 – Resultados

Primeiramente, contabilizou-se a quantidade de respostas preconceituosas de cada participante em cada uma das categorias (Tabela 1). Contabilizou-se, também, o somatório de respostas preconceituosas para cada categoria, sem diferenciação de participantes e grupos (Tabela 2). Logo após, preconceito foi avaliado a partir da comparação entre os grupos

(Tabela 3 e Tabela 4), sendo Experimento 1 referente aos participantes os quais jogaram individualmente e, Experimento 2 aos participantes que jogaram em grupo. Por fim, comparou-se as respostas do questionário de mensuração explícita com as respostas às situações hipotéticas relativas ao jogo de tabuleiro (Tabela 5 e Tabela 6). Isto é, analisou-se a correspondência dizer-fazer.

Em relação a apresentação das tabelas, as categorias referentes aos preconceitos foram abreviadas. Então, *rac* para racismo, *sex* para sexismo, *homo* para homofobia, *gord* para gordofobia, *tatu* para preconceito contra pessoas tatuadas, *age* para ageísmo e *reli* para preconceito religioso.

Tabela 1

Quantidade de respostas preconceituosas de cada participante para as respectivas categorias

Participante	Categoria							Total
	Rac	Sex	Homo	Gord	Tatu	Age	Reli	
P1	2	1	1	3	1	2	2	12
P2	0	0	3	2	2	2	1	10
P3	1	2	5	2	1	1	2	14
P4	1	2	4	4	1	3	2	17
P5	3	5	4	6	2	4	4	28
P6	0	3	2	4	3	4	0	16

Com base na Tabela 1, observa-se que, integralmente, P2 foi o participante que emitiu menos respostas preconceituosas (10). Além disso, P2 não emitiu respostas preconceituosas para racismo e sexismo. Por outro lado, P5 foi o participante que emitiu mais respostas preconceituosas (28), sendo a maior frequência relativa à gordofobia (6).

Tabela 2

Somatório de respostas preconceituosas, de todos os participantes, para cada categoria

	Categoria						
	Rac	Sex	Homo	Gord	Tatu	Age	Reli
Somatório de respostas	7	13	19	21	10	16	11

Homofobia e gordofobia foram as categorias que apresentaram maior frequência de respostas preconceituosas, 19 e 21. Sexismo e ageísmo encontram-se em nível intermediário, 13 e 16. Racismo, preconceito contra pessoas tatuadas e preconceito religioso foram as categorias que apresentaram menor frequência de respostas preconceituosas, 7, 10 e 11.

Tabela 3

Somatório de respostas preconceituosas referentes ao Experimento 1e ao Experimento 2 para cada categoria

Grupo	Categoria						
	Rac	Sex	Homo	Gord	Tatu	Age	Reli
Experimento	3	3	9	7	4	5	5

Experimento	4	10	10	14	6	11	6
2							

Em relação ao Experimento 1 – participantes que jogaram individualmente -, as categorias com maior frequência de respostas preconceituosas são relativas à homofobia (9) e à gordofobia (7). Para o Experimento 2 – participantes que jogaram em grupo -, tem-se gordofobia (14) e ageísmo (11). Além disso, ao comparar as respostas dos grupos, nota-se que, em três das sete categorias, a frequência de respostas preconceituosas aumentou consideravelmente: ageísmo e gordofobia duplicaram e, sexismo triplicou.

Tabela 4

Somatório de respostas preconceituosas para Experimento 1 e Experimento 2

	Experimento 1	Experimento 2
Somatório	36	61

A Experimento 2 emitiu, no total, mais respostas preconceituosas quando comparada ao Experimento 1.

As tabelas 5 e 6 permitem a comparação entre respostas do questionário de mensuração explícita e as respostas emitidas no jogo, para Experimento 1 e Experimento 2, respectivamente. Os números referentes às respostas do questionário correspondem a “0 – não me considero preconceituoso, 1 – pouco preconceituoso, 2 – medianamente preconceituoso e, 3 – muito preconceituoso”. No tocante ao jogo, os números apresentados correspondem a quantidade de respostas preconceituosas emitidas para cada categoria, sendo 7 o número máximo de respostas que poderiam ser emitidas para cada categoria.

Tabela 5

Tabela comparativa acerca das respostas referentes ao questionário de mensuração explícita e ao jogo de tabuleiro: Experimento 1

Participante	Categoria							Questionário/ Jogo
	Rac	Sex	Homo	Gord	Tatu	Age	Reli	
P1	0	0	0	0	0	0	0	Questionário
	2	1	1	3	1	2	2	Jogo
P2	0	0	1	2	2	2	1	Questionário
	0	0	3	2	2	2	1	Jogo
P3	1	0	1	2	0	0	0	Questionário
	1	2	5	2	1	1	2	Jogo

P1, no questionário de mensuração explícita, não se considerou preconceituoso para nenhuma das categorias, no entanto, a partir das situações hipotéticas presentes no jogo de tabuleiro, emitiu respostas preconceituosas em todas. P2, no questionário de mensuração explícita, não se considerou preconceituoso para as categorias referentes ao racismo e ao sexismo e, no jogo de tabuleiro, não apresentou respostas preconceituosas para as respectivas categorias. P3, no jogo de tabuleiro, emitiu respostas preconceituosas para todas as categorias, até mesmo para aquelas as quais se não se considerou preconceituoso no questionário, dando ênfase para a categoria “homofobia”, em que se classificou como pouco preconceituoso e emitiu cinco respostas preconceituosas.

Tabela 6

Tabela comparativa acerca das respostas referentes ao questionário de mensuração explícita e ao jogo de tabuleiro: Experimento 2

Participante	Categoria							Questionário/ Jogo
	Rac	Sex	Homo	Gord	Tatu	Age	Reli	
P4	0	0	0	1	0	0	2	Questionário
	1	2	4	4	1	3	2	Jogo
P5	0	0	1	0	0	0	2	Questionário
	3	5	4	6	2	4	4	Jogo
P6	0	0	0	0	0	0	0	Questionário
	0	3	2	4	3	4	0	Jogo

P4, no jogo de tabuleiro, emitiu respostas preconceituosas para todas as categorias, até mesmo para aquelas as quais não se considerou preconceituoso no questionário. Sobre as respostas de P5, ressalta-se as categorias relativas ao sexismo e à gordofobia as quais, no questionário de mensuração explícita, não se considerou preconceituoso, ao passo que nas situações hipotéticas do jogo de tabuleiro emitiu 5 e 6 respostas preconceituosas, respectivamente. P6, no questionário de mensuração explícita, não se considerou preconceituoso para nenhuma das categorias. Já no jogo de tabuleiro, P6 apresentou relato preconceituoso em quase todas as categorias, com exceção das categorias alusivas ao racismo e ao preconceito religioso.

Capítulo 12 - Discussão

O estudo investigou a correspondência dizer-fazer de estudantes universitários no que diz respeito a diversos tipos de preconceito. Os participantes, de modo geral, apresentaram baixa correspondência dizer-fazer. A partir do questionário de mensuração explícita, medida de auto relato, se classificaram, usualmente, como “não me considero preconceituoso” e “pouco preconceituoso” e, poucas vezes, como “medianamente preconceituoso”. Não houve respostas, para nenhuma categoria dos preconceitos estudados, como “muito preconceituoso”. Em contrapartida, no jogo de tabuleiro, apresentaram respostas mais preconceituosas. Além disso, ainda com relação ao jogo de tabuleiro, os participantes do Experimento 2 – aqueles os quais jogaram em grupo, com confederados – apresentaram respostas mais preconceituosas do que os do Experimento 1 – aqueles que jogaram individualmente.

Crandall (2005) discorre sobre a correlação entre crenças grupais e normas sociais. De acordo com o autor, o contexto possibilita a emergência da discriminação. Ao comparar as respostas, referentes ao jogo, dos participantes do Experimento 1 com os do Experimento 2, é possível observar que os participantes do Experimento 2 apresentaram respostas mais preconceituosas. Esses dados estão de acordo com o que Crandall (2005) defende acerca da influência da cultura. Ou seja, contingências sociais atuam, de fato, sobre a criação e manutenção de comportamentos preconceituosos. Em relação ao Experimento 2, pode-se dizer que, com a presença dos confederados, as contingências sociais estavam mais vigentes. Como resultado, o Experimento 2 apresentou quase o dobro de relatos preconceituosos comparada ao Experimento 1. Entretanto, mesmo no Experimento 1, em que os participantes jogaram individualmente, constatou-se alta emissão de comportamentos preconceituosos nas situações hipotéticas expostas no jogo, contrariando as autodescrições do primeiro questionário.

Logo, é possível articular a análise acima - concernente ao Experimento 2 ter emitido mais relatos preconceituosos que o Experimento 1 - com o que é proposto por Guerin (1994). O autor expõe que declarações de atitudes tendem a ser reforçadas quando coerentes às crenças e, sobretudo, caso a comunidade verbal esteja de acordo com as crenças em questão. No presente experimento, o relato dos confederados aumentou a probabilidade de que os voluntários emitissem relatos preconceituosos, uma vez que a audiência era, além de não punitiva, reforçadora para respostas preconceituosas. Isto é, o relato dos confederados serviu como operação estabelecadora para emissão de respostas preconceituosas dos voluntários. Em outras palavras, o relato dos confederados alterou o valor reforçador da consequência referente a comportar-se de forma preconceituosa e, aumentou a probabilidade de ocorrência de comportamentos relacionados aos estímulos, no caso, às situações hipotéticas (Miguel, 2000). Nesse sentido, em termos do senso comum, as respostas preconceituosas dos confederados funcionaram como motivação para a emissão de respostas preconceituosas dos participantes do Experimento 2.

Para mais, os resultados encontrados no Experimento 2 podem ser interpretados, também, por meio da modelação e, mais especificamente, dos efeitos de facilitação de resposta. Segundo Moreira e Medeiros (2018), a modelação diz respeito à aprendizagem por observação de modelos. Quando o comportamento de um modelo é reforçado, na presença de um observador, aumenta-se a probabilidade de ocorrência de respostas de topografias similares pelo observador (Moreira & Medeiros, 2018). Continuamente, o efeito de facilitação de resposta, processo englobado à modelação, ocorre à medida que um comportamento, anteriormente aprendido, é desempenhado naquele momento. O comportamento do modelo funciona, momentaneamente, como S^D para uma resposta semelhante do observador. Vale ressaltar que a resposta análoga do observador já foi

aprendida anteriormente, os efeitos de facilitação de resposta aumentam a probabilidade de emissão (Baldwin & Baldwin, 1986).

Nesse sentido, na pesquisa, o comportamento preconceituoso dos confederados parece ter servido como ocasião para emissão de comportamentos análogos dos voluntários. Essa hipótese pode ser substanciada a partir da comparação entre as respostas do questionário de mensuração explícita e do jogo de tabuleiro. No questionário, as autoavaliações como preconceituosas eram mínimas, ao passo que no jogo de tabuleiro, o preconceito foi mais manifesto. Por conseguinte, pode-se equiparar o comportamento dos confederados com os efeitos facilitadores, visto que no Experimento 1 não havia modelos e a discrepância entre respostas do questionário e do jogo de tabuleiro foi menor quando comparada ao Experimento 2, em que modelos estavam presentes.

De acordo com Modesto et al. (2017): “por que em sociedades em que a expressão do preconceito e da discriminação é condenada social e juridicamente, como é o caso do Brasil, ainda persistem episódios de discriminação?” (Modesto et al., 2017, pg 1). Como dito, no questionário de mensuração explícita, os participantes não se consideraram preconceituosos em grande parte das categorias. Evitar entrar em contato com estímulos aversivos condicionados relativos a consequências punitivas de comportamentos preconceituosos emitidos no passado pode ter exercido forte controle sobre as respostas; comportaram-se em função das consequências. Mas, a partir das situações hipotéticas do jogo de tabuleiro, o preconceito emergiu. Qual o motivo dessa discrepância? Para responder a essa pergunta faz-se necessário discorrer sobre autoconhecimento.

O autoconhecimento é definido por Skinner (2003), como a descrição do próprio comportamento e das variáveis das quais o comportamento é função. As discrepâncias entre as respostas do questionário e do jogo sugerem, em certa medida, ausência de autoconhecimento dos voluntários no que diz respeito ao fenômeno estudado. Nesse sentido,

infere-se que os participantes não são capazes, grande parte das vezes, de descrever o sistema de respostas resumido pelas categorias racismo, homofobia, sexismo, gordofobia, preconceito contra pessoas tatuadas, ageísmo e preconceito religioso. Em outras palavras, não apresentavam conhecimento completo sobre o que é se comportar de forma preconceituosa em relação às categorias estudadas.

Baldwin e Baldwin (1986) discorrem sobre a punição vicariante: esta é ineficaz na medida em que promove, somente, a supressão temporária das respostas violentas. Pode-se dizer, então, que os participantes sabem que ser preconceituoso, discriminar é, por exemplo, crime, todavia não identificam todos os comportamentos que são, de fato, preconceituosos. Logo, aparenta-se que no questionário de mensuração explícita classificavam-se como não preconceituosos em razão de entrar em contato com estímulos aversivos condicionados e de reforçadores condicionados generalizados. Todavia, frente ao baixo autoconhecimento, no jogo de tabuleiro, não discerniam quais comportamentos eram preconceituosos; comportando-se, assim, mais em função do antecedente, do S^D , das situações hipotéticas presentes no jogo de tabuleiro. Portanto, tem-se a hipótese de que no questionário de mensuração explícita, os participantes se comportavam mais em função das consequências e, no jogo de tabuleiro, mais em função do S^D .

Continuamente, foi possível perceber a presença de crenças permeadas no relato dos participantes. Uma vez que crenças constituem estereótipos, o estereótipo, importante preditor do preconceito, estava presente nos relatos. Reparou-se que relações condicionais entre membros de um grupo e atributos definidos como constitutivos do grupo compunham o comportamento simbólico dos participantes. Apesar de ser possível vincular o encontrado com o Paradigma da Equivalência de Estímulos, não se pode dizer que as relações encontradas são relações de equivalência. Para que fossem, as propriedades reflexividade, simetria e transitividade deveriam estar presentes. Tais critérios não estavam evidentes em

todas as relações. Nesse sentido, as relações encontradas serão chamadas de discriminações condicionais. No estudo, algumas relações arbitrárias apareceram. A seguir serão apresentadas situações hipotéticas presentes no jogo e as respectivas respostas. Com base nas respostas, as discriminações condicionais serão apresentadas, sendo algumas mais explícitas e outras menos.

1) Situação hipotética: Você é gerente de uma loja de roupas localizada em um bairro nobre.

Um homem preto está sentado na calçada em frente à loja. Você faz alguma coisa?

Resposta:

Não. Dar um *help*, talvez? Perguntar se precisa de uma comida, de um casaco, porque que ele tá lá... Mas não “sai da frente da loja”. Mas, por exemplo, se você é o gerente e o dono da loja que é seu chefe fala pra você tirar aquela pessoa...

Discriminação condicional: preto – pessoa em situação de rua. Infere-se tal relação uma vez que não havia nenhuma informação sobre a pessoa, além de que ela é preta. No entanto, a resposta do participante sugere que ela precisa de comida, de roupa e de que não tem condições para se alimentar e se vestir adequadamente. Sendo, portanto, uma pessoa em situação de rua.

2) Situação hipotética: Você é dono de uma empresa de publicidade conhecida internacionalmente. Faz uma propaganda para passar em 3 países, um deles conhecido por ser extremamente racista. Serão 3 atores, dois brancos e um preto. Sobre a propaganda a ser passada no país que é racista, você muda o ator preto para um branco?

Resposta:

Mudo. Isso não tá muito no ser racista, mas nas pessoas que você quer alcançar, trata-se de público-alvo. Não alimentando o racismo, óbvio. Mas, também, por exemplo, se essa pessoa negra for mais qualificada, é óbvio que eu optaria pela pessoa negra. Mas, por exemplo, em questão de preferência, de público-alvo, eu optaria sim por uma

mudança. Hoje em dia você vive em uma sociedade e você tem que agradar o cliente. Se o cliente é racista você não pode fazer nada, não vai colocar uma pessoa inadequada ali, não é você brigando que você vai mudar a cabeça dele.

Discriminação condicional: preto – inadequado.

- 3) Situação hipotética: Você tem uma amiga preta, ela costuma usar o cabelo alisado. Ela te fala que pensa em deixar o cabelo natural e usá-lo black power. Ela pergunta sua opinião, se deixa o cabelo black power ou se continua alisando. O que você sugere?

Resposta:

Eu iria perguntar pra ela porque ela quer deixar ele solto, se tem algum motivo específico pra ela querer parar, se é trabalho demais de alisar etc. Mas, eu iria encorajar ela se ela realmente quiser fazer isso, é super válido, acho que é uma beleza diferente que ela tem pra mostrar.

Discriminação condicional: preta – black power - beleza diferente.

- 4) Situação hipotética: Uma amiga, formada em arquitetura, te fala que quer se mudar para Austrália e trabalhar como pedreira, diz que lá o salário de pedreiros é alto. O que você acha?

Respostas:

Quem sou eu pra contestar o sonho dela? Se ela acha que ela consegue..., mas, assim, é um trabalho difícil, pedreiro é um trabalho complicado. Mulher com certeza vai enfrentar uma dificuldade no trabalho em vários aspectos diferentes, em relação à força... Mas, se é o que ela quer, vai.

Você vai ganhar bem, mas acho que você poderia investir o seu tempo pra desenvolver uma atividade mais intelectual e menos braçal. Não acho que ela desempenharia mal, porque, querendo ou não, mulher tem testosterona, só tem em níveis diferentes. Mas,

ela iria ter um esforço um pouco maior do que um homem trabalhando naquela condição, principalmente, se ela não tiver um porte físico que esteja, de certa forma, predisposto pra estar lá. Eu não acho tão adequado assim.

Discriminação condicional: mulher – fraca. Os participantes não têm conhecimento sobre como será o trabalho da mulher como pedreira e, mesmo assim, em ambos os relatos há o pressuposto de que a mulher enfrentará dificuldades no quesito “força”.

5) Situação hipotética: Seu amigo vem te pedir um conselho, te fala que brigou com a namorada porque ela saiu para uma festa com as amigas sem ele e usava uma mini saia. Qual seu conselho?

Respostas: “ (...) a minha ex saia direto pra balada do jeito que ela queria, aconteceu o pior, eu tomei um chifre, mas, assim, eu nunca impedi ninguém de nada”.

Depende muito, se ela for sair pra putaria é uma coisa, mas se ela tá saindo com as amigas pra um rolê é de boa. (...) falaria pra ele parar de coçar a cabeça, porque se o chifre vier, ele veio.

Discriminação condicional: mulher – roupa curta – traição.

6) Situação hipotética: Sua filha está namorando. Você quer conhecer a pessoa e fala para convidá-la para um jantar. Quando essa pessoa chega a sua casa, você percebe que sua filha está namorando uma mulher. O que você sente?

Resposta:

Eu com certeza teria um sentimento de estranheza, a primeiro momento não seria natural. Eu estaria esperando outra coisa, a não ser que eu já soubesse. Mas, se fosse novidade, eu estaria surpreso e com sentimento de estranhamento, meio de algo parecendo que não tá certo.

Discriminação condicional: gay – estranho.

7) Situação hipotética: Você está na fila de um supermercado com seus filhos. Na sua frente tem um casal de gays se beijando. Você faz alguma coisa?

Resposta:

Falar, eu não falaria nada. Mas, talvez eu pudesse pensar e sentir umas questões de estranhamento, uma parada meio desconfortável. Não faz parte da minha realidade, não consigo entender aquilo diretamente.

Discriminação condicional: gay – estranho.

8) Situação hipotética: Seu irmão te fala que teve uma experiência sexual com outro homem e diz que gostou. Qual sua reação?

Resposta: “É difícil pra mim porque eu não tenho irmão. Acho que no início assim eu estranharia, porque você cria uma imagem da pessoa”.

Discriminação condicional: gay – estranho. Mesmo sem ter um irmão, a imagem que o participante pressupõe, via de regra, é de uma pessoa heterossexual.

9) Situação hipotética: Você marca um atendimento com uma nutricionista e, quando chega à consulta, se depara com uma nutricionista gorda. Você segue a dieta que ela te passou?

Respostas: “Eu ia achar estranho, porque normalmente as pessoas procuram nutricionistas e fazem dietas pra emagrecer, né? Então, talvez, eu ia ficar surpresa de uma pessoa que trabalha com isso não ser magra.”

Depende do plano alimentar que ela fizer. Se a dieta funcionar, beleza. Mas, você fica um pouco, tipo assim, “caraca!”. É porque você tem a impressão de que todo nutricionista tem um corpo foda por ser nutricionista. Então, às vezes, você vai lá e pensa “será que ela tem algum plano ou não?”. É um pouco diferente mesmo, mas nada que impacte a consulta. Você aceita o plano, vai lá e faz e se der ruim, deu ruim.

Eu acharia bem irônico, porém não é só alimentação que está atrelado a ganhar peso. Primeiro momento, eu iria ter um pensamento muito palha na minha cabeça “caralho, estou numa nutricionista que tá me passando uma dieta e ela é gorda”, mesma coisa de você ir a um dentista e ver o dente do bicho amarelo ou torto, enfim... no começo você acha meio estranho.

Discriminação condicional: nutricionista – magra e, nutricionista – gorda – incompetente.

10) Situação hipotética: Você entra em uma comunidade da internet para procurar carona até uma cidade próxima. Ao olhar os anúncios, existe um exatamente para o dia e local desejados. Você olha a foto da pessoa que está oferecendo a carona e vê que ela tem uma tatuagem no rosto. Você entra em contato?

Respostas: “Se fosse um homem eu não iria, de jeito nenhum. Se fosse uma mulher eu acho que a tatuagem num... se tivesse outra opção sem tatuagem, melhor”.

“Entro. Ainda bem que você colocou ‘entra em contato’ e não ‘pega a carona’, porque pra tatuar o rosto tem que ser um bicho muito louco.”

Discriminação condicional: pessoa tatuada – não confiável. Pressupõe-se tal relação uma vez que o participante não aceitaria a carona em função da tatuagem. Logo, pode-se inferir que a tatuagem causa, em certa medida, desconfiança. Pessoa tatuada – louca.

11) Situação hipotética: Você está no self-service e a fila está muito demorada. Você olha para as pessoas que estão na fila e vê um idoso. O que você pensa?

Respostas: “Acho que nada. Ele tá se servindo? Ou ele só tá na fila? Se ele tivesse servindo, eu ia pensar: poxa, tá demorando”.

“Da uma stressadinha né? Meu primeiro pensamento seria: puta que pariu. Mas meu segundo pensamento seria: mas é um velhinho, né? Vou segurar a onda”.

(...) Idoso em fila de banco que vai pagar mil contas é foda. Tem a fila preferencial, mas aí tá cheia e ele prefere pegar a fila normal, não sabe pagar as contas, demora um tempão. Eu fico: logo na minha frente?

Discriminação condicional: idoso – lento.

12) Situação hipotética: Você vai pedir um uber, o trajeto a ser percorrido é longo e está em horário de trânsito. Quando você pede o uber, vê a foto do motorista e é um idoso. Você cancela e pede outro uber?

Resposta: “Huum... agora eu entendi o preconceito contra idoso, porque idoso dirige devagar pra caralho. Talvez, talvez... que palha né?”

“(...) se eu tivesse muito, muito atrasado, talvez, aí sim.”

Discriminação condicional: idoso – lento.

13) Situação hipotética: Você precisa comprar um laptop, mas não sabe como escolher um adequado as suas necessidades e precisará da ajuda de um vendedor. Vai ao shopping e lá um dos vendedores é jovem e outro, idoso. Por qual atendente você decide?

Respostas: “Cara, essa é difícil... eu vou no idoso. Até pensei: numa loja de informática, será que ele sabe? Mas, se ele tá trabalhando lá é porque ele sabe, né?”

“De primeira eu escolheria o mais novo por se tratar de tecnologia.”

“É, eu iria no jovem por pressupor que ele sabe mais sobre tecnologias, no geral, e ele poderia me dar uma informação melhor.”

“Eu acho que ia no jovem também, principalmente porque eu não sei nada de tecnologia, então eu ia precisar confiar totalmente na pessoa.”

Discriminação condicional: idoso – ignorante quanto à tecnologia.

14) Situação hipotética: Uma amiga te fala que nunca teve relações sexuais porque ela segue a castidade, pregada pela Igreja. Ela afirma manterá o voto de castidade até se casar com a pessoa certa. O que você fala para ela?

Resposta: “Pra ela transar, porque eu acho que ela deveria experimentar antes de casar. Isso é uma mania da igreja que... não sei falar ao certo. Mas não é pecado, sacou? É uma questão de autoconhecimento, se descobrir.”

Discriminação condicional: mulher casta – baixo autoconhecimento.

15) Situação hipotética: Kalil é um imigrante, saiu da Arábia e veio pra o Brasil. Kalil é islã.

Ele entra na sua sala da faculdade. Você pensa algo a respeito de sua religião?

Resposta: “Provavelmente eu relacionaria ele a religião no geral e colocaria ele dentro de algum grupo terrorista. Isso vem na cabeça de uma forma tão automática, mesmo que eu não pense aquilo sobre ele, vem... mas, eu ficaria calado.”

“(...) Tipo assim: um homem bomba?”

Discriminação condicional: islã – terrorista, islã – homem bomba.

Portanto, tem-se a relações: preto – pessoa em situação de rua, preto – inadequado, preta – black power – beleza diferente; gay – estranho; mulher – fraca, mulher – roupa curta – traição; nutricionista – magra, nutricionista – gorda – incompetente; pessoa tatuada – não confiável, pessoa tatuada – louca; idoso – lento, idoso – ignorante quanto à tecnologia; mulher casta – baixo autoconhecimento; islã – terrorista, islã – homem bomba. Observa-se que os participantes, muitas vezes, discriminam com base em estereótipos, sem, necessariamente, histórico de contato direto com o objeto, no caso, pessoas pertencentes aos grupos sociais estudados. Percebe-se, também, que algumas discriminações condicionais são as mesmas para respostas de diferentes participantes. Além disso, tais relações apresentavam-se acompanhadas, comumente, de justificativas – ocasião para comentar sobre o Modelo da Discriminação Justificada (MDJ).

O MDJ explora a permanência da discriminação em sociedades em que é considerada crime, em cenários regidos por normas igualitárias (Pereira & Vala, 2010; Modesto et al., 2017). Nessa perspectiva, parte-se do pressuposto de que a discriminação é contra normativa

e de que para emergir deve ser, de algum modo, legitimada. Utiliza-se, então, mitos legitimadores como justificativa - o que aumenta a probabilidade de aceitação social do ato discriminatório uma vez que este se torna, aparentemente, isento. Em outras palavras, pessoas preconceituosas, muitas vezes, discriminam e fazem uso de justificativas as quais aparentam ser plausíveis e sustentáveis em determinado contexto (Pereira & Vala, 2010; Modesto et al., 2017).

Nesse sentido, a discriminação justificada, apresentada pelo MDJ, pode se configurar, na Análise do Comportamento, como manipulação do comportamento verbal, nomeadamente, como tatos distorcidos. De acordo com Medeiros (2013), o tato distorcido é compreendido em razão da topografia da resposta verbal ficar mais sob controle das consequências do que sob controle do S^D , “no tato distorcido obrigatoriamente é quebrada a relação discriminativa entre o estímulo não verbal e a resposta verbal” (Medeiros, 2013, p.163).

Desse modo, para que não se evidencie descumprimento às normas sociais, a tendência é de que o falante emita tatos distorcidos - com ou sem autoconhecimento. Assim, a probabilidade de punição do comportamento do falante ou a magnitude da punição diminui. Portanto, a discriminação justificada pode ser compreendida como uma distorção na relação de controle entre estímulo discriminativo não verbal e resposta verbal, em que a topografia da resposta verbal minimize ou exima-se de consequências punitivas. Observa-se tais justificativas presentes, muitas vezes, nos relatos de participantes os quais foram explicitados anteriormente.

Constatou-se que a categoria “gordofobia” foi a que apresentou maior frequência de respostas preconceituosas (21), sendo sete emitidas pelos participantes do Experimento 1 e 14 pelos participantes do Experimento 2. Esse dado pode ser interpretado da seguinte forma: gordofobia é um tipo de preconceito nomeado recentemente quando comparado a outros.

Logo, ao apresentar situações hipotéticas em que a gordofobia pode estar presente, a tendência é de que as pessoas não questionem a própria conduta, uma vez que ainda não tenham refletido sobre conjunturas como essa.

Por conseguinte, entende-se que comportamentos preconceituosos são criados, frequentemente, por intermédio da socialização do indivíduo, de processos culturais. Considerando que comportamentos são aprendidos, é possível que, a despeito de sua aparente estabilidade, estes podem ser modificados a partir dos mesmos processos os quais os instituíram (Carvalho, 2010). Os princípios comportamentais são úteis para compreender tanto comportamentos antissociais quanto pró-sociais. Aponta-se, então, para a necessidade de mudanças estruturais.

No que tange ao experimento, incompatibilidades foram observadas entre as respostas do questionário inicial e as respostas do jogo, para a maioria dos participantes. Os resultados apontam para o desconhecimento das pessoas acerca de seus preconceitos. A tendência é de que o preconceito apareça quando são defrontadas com situações específicas. Logo, a hipótese de pesquisa foi corroborada. A partir do questionário de mensuração explícita, medida de auto-relato, o comportamento dos participantes parece ter sido mais controlado em função das consequências, o que sugere maior emissão de atos distorcidos e/ou intraverbais e/ou falta de autoconhecimento. No jogo de tabuleiro, o comportamento dos participantes parece ter sido mais controlado em função do antecedente, o que sugere maior emissão de atos puros. Portanto, a discrepância apresentada sugere, de modo geral, baixa correspondência verbal. Além disso, o relato dos confederados, aparentemente, exerceu influência sob o relato dos participantes do Experimento 2. Essa afirmação decorre da comparação entre os resultados referentes ao Experimento 1 e ao Experimento 2. Apesar da baixa correspondência verbal também estar presente no comportamento dos participantes do Experimento 1, estes emitiram menos respostas preconceituosas quando comparados aos do

Experimento 2. Entende-se que o contexto, variáveis e audiência, possibilita, em maior ou menor medida, a emergência de comportamentos preconceituosos.

Faz-se pertinente discorrer sobre adaptações que ocorreram ao longo da pesquisa: i) número de participantes – inicialmente, eram seis participantes, sendo dois confederados. Nesse sentido, três jogariam individualmente e um voluntário jogaria com os dois confederados. Para uma comparação mais acurada, optou-se por oito participantes, sendo seis voluntários e dois confederados. Assim, três jogaram individualmente (Experimento 1) e os outros três jogaram em grupo (Experimento 2), sendo que cada participante do Experimento 2 jogou com dois confederados. Em outras palavras, o aumento no número de participantes teve como objetivo realizar uma análise mais adequada do fenômeno estudado, uma vez que o jogo seria aplicado 3 vezes por Condição; ii) espaço de tempo entre aplicação do questionário de mensuração explícita e jogo de tabuleiro: no projeto de pesquisa constava que a aplicação do jogo seria um mês após a aplicação do questionário, no entanto, em função da pandemia, o tempo para colocar o experimento em prática foi inferior ao esperado. Assim, o espaço de tempo entre a aplicação dos instrumentos foi, em média, de 15 dias; iii) local de aplicação do jogo: no projeto de pesquisa constava que o experimento seria realizado, no que tange à aplicação individual, na casa de cada um dos participantes e, na aplicação grupal, a pesquisadora entraria em consenso com os participantes sobre a casa na qual ocorreria. Todavia, o experimento não foi realizado nas respectivas casas. A aplicação, de modo geral, se deu na quadra que os participantes voluntários residiam – com a exceção de uma aplicação que ocorreu na casa de uma participante confederada. O local foi definido *a priori* e em conjunto com os participantes; iv) Para análise de dados, a pesquisadora não considerou nenhuma resposta como preconceituosa no que tange às seguintes situações hipotéticas presentes no jogo de tabuleiro: “Você é médico (cirurgião) e um paciente de 75 anos está com os rins falhando e diz que um de seus filhos, de 20 anos, é compatível e quer fazer a cirurgia

de doação. Você aceita?” e “Um dia, em seu círculo de amigas, uma amiga te fala: “nossa amiga pra que esse cabelo comprido? Parece evangélica!” O que você pensa?”, referentes às categorias ageísmo e preconceito religioso, respectivamente. Acredita-se que tais perguntas não estavam aptas a mensurar o preconceito de forma fidedigna. Para a realização do índice de fidedignidade, a situação foi explicitada para a outra pessoa que analisou as respostas.

Para finalizar, sugere-se mais pesquisas, relativas ao estudo de diferentes categorias de preconceito, que articulem Psicologia Social e Análise do Comportamento, com ênfase à correspondência verbal. Para replicações, recomenda-se a mudança de duas situações hipotéticas, referentes ao ageísmo e ao preconceito religioso: “Você é médico (cirurgião) e um paciente de 75 anos está com os rins falhando e diz que um de seus filhos, de 20 anos, é compatível e quer fazer a cirurgia de doação. Você aceita?” e “Um dia, em seu círculo de amigas, uma amiga te fala: nossa amiga pra que esse cabelo comprido? Parece evangélica! O que você pensa?”. Para mais, recomenda-se pesquisar o fenômeno a partir de quatro condições: i) Experimento 1, participantes os quais jogam individualmente, ii) Experimento 2, participantes que jogam em grupo, com confederados. Confederados devem emitir relatos preconceituosos, todavia o preconceito nessa condição deve ser implícito, utilizando, por exemplo, justificativas distorcidas, iii) Experimento 3, participantes que jogam em grupo, com confederados. Confederados devem emitir relatos preconceituosos, sendo o preconceito mais explícito, iv) Experimento 4, participantes que jogam em grupo, com confederados. Confederados devem emitir relatos não preconceituosos. Para próximos estudos, sugere-se, também, uma validação do instrumento referente ao jogo de tabuleiro. Isto é, sugere-se que juízes avaliem se cada uma das situações hipotéticas envolve, de fato, preconceito.

Capítulo 13 – Considerações Finais

A presente pesquisa buscou investigar a correspondência dizer-fazer de estudantes universitário em relação a diferentes tipos de preconceito - racismo, sexismo, homofobia, gordofobia, contra pessoas tatuadas, ageísmo e preconceito religioso. Isto é, foi investigado se os participantes se comportaram de forma semelhante ao que relataram previamente, no caso, o quanto se classificaram preconceituosos para cada categoria estudada. Para isso, o dizer foi mensurado com base em um questionário de mensuração explícita, medida de auto relato, (Apêndice III) e, o fazer foi analisado por meio de um jogo de tabuleiro o qual continha situações hipotéticas em que o preconceito está, comumente, envolvido (Apêndice IV e Apêndice V). Para a análise de dados, as aplicações do jogo de tabuleiro foram gravadas e, assim, foi possível comparar as respostas assinaladas no questionário e as respostas emitidas ao longo do jogo.

Com base nos resultados e na discussão, entende-se que as hipóteses da pesquisa foram corroboradas: i) a correspondência dizer-fazer relativa ao fenômeno estudado é, em geral, baixa e, ii) o relato dos confederados parece exercer influência sobre o relato dos voluntários. Portanto, o problema de pesquisa foi respondido.

A Psicologia Social contribui de forma a possibilitar um olhar mais sociológico, amplo e qualitativo acerca do fenômeno. Já a Análise do Comportamento proporciona um entendimento do comportamento humano de forma mais precisa, sistematizada. Fundamentando-se na articulação entre as duas áreas, foi possível compreender o preconceito em diferentes perspectivas de sua complexidade. Nesse sentido, um tema socialmente relevante foi pesquisado de forma inovadora, criando-se uma metodologia. Portanto, estudos interdisciplinares são pertinentes, uma vez que o diálogo entre diferentes áreas proporciona um saber mais acurado e complementar do fenômeno.

A partir do respaldo no campo do comportamento verbal, demonstrou-se evidências empíricas acerca de situações as quais o preconceito está envolvido e passa despercebido e, até mesmo, desconhecido. Além de ser uma pesquisa que proporciona um olhar social, é também, é uma pesquisa que produziu evidências empíricas. É por meio de evidências que mudanças podem ocorrer. Isto é, dados e informações organizados e sistematizados constituem-se como uma etapa importante para a conscientização do quanto presente o preconceito está na sociedade. Assim, torna-se mais factível aprimorar e desenvolver instrumentos e tecnologias que visem à redução do preconceito. Como foi visto, temas de estudo da Análise do Comportamento como modelagem, modelação e regras são recursos importantes tanto para aprendizagem e manutenção de comportamentos preconceituosos como para redução desses. Nesse sentido, salienta-se a importância de mais pesquisas, fundamentadas em Análise do Comportamento e Psicologia Social, as quais investiguem o preconceito e a discriminação.

Referências

- Abelson, R. P., & Prentice, D. A. (2014). Beliefs as possessions: A functional perspective. In A. R. Pratkanis, A. R., Breckler, S.J., & Greenwald, A.G. (Eds.), *Attitude structure and function*. (361-370). Nova York e Londres: Psychology Press.
- Aquino, T. A. A., Gouveia, V., da Silva, J. P., & da Silva, D. M. (2013). Correlatos valorativos do preconceito religioso: Um estudo em uma escola pública estadual. *Interação em Psicologia*, 17(3), 259-269. Doi: <http://dx.doi.org/10/5380/psi.v17i3.27739>
- Ashmore, R. D., & Del Boca, F. K. (1981). Conceptual approaches to stereotypes and stereotyping. In D. L. Hamilton (Ed.), *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior* (pp. 1–35). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Baldwin, J. D., & Baldwin, J. I. (1986). *Behavior principles in everyday life*. Universidade da Califórnia, Santa Bárbara.
- Blakely, E., Schlinger, H. Rules: Function-Altering Contingency-Specifying Stimuli. *Behav Analyst* 10, 183–187 (1987). Doi: <https://doi.org/10.1007/BF03392428>
- Brandenburg, O. J., & Weber, L. N. D. (2005). Autoconhecimento e liberdade no behaviorismo radical. *Psico-USF*, 10(1), 87-92. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-82712005000100011>
- Carvalho, M. P. D. (2010). *Resistência à mudança de atitude preconceituosa racial avaliada pelo paradigma de equivalência de estímulos*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo.
- Costa, F. T., Teixeira, M. A. P., & Gomes, W. B. (2000). Responsividade e exigência: duas escalas para avaliar estilos parentais. *Psicologia: reflexão e crítica*. Porto Alegre. Vol.

13, n. 3 (2000), p. 465-473. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722000000300014>

Crandall, C., & Warner, R. (2005). How a Prejudice Is Recognized. *Psychological Inquiry*, 16(2/3), 137-141. Retirado de: <http://www.jstor.org/stable/20447276>

Devine, P. G., Plant, E. A., Amodio, D. M., Harmon-Jones, E., & Vance, S. L. (2002). The regulation of explicit and implicit racebias: The role of motivations to respond without prejudice. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82, 835–848. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.82.5.835>

Dovidio, J. F., Kawakami, K., Johnson, C., Johnson, B., & Howard, A. (1997). On the nature of prejudice: Automatic and controlled processes. *Journal of Experimental Social Psychology*, 540, 510–540. Doi: <https://doi.org/10.1006/jesp.1997.1331>

Guerin, B. (1994). Attitudes and beliefs as verbal behavior. *The behavior analyst*, 17(1), 155-163.

Hübner, M. M. (2006). Controle de estímulos e relações de equivalência. *Revista Brasileira De Terapia Comportamental E Cognitiva*, 8(1), 95-102. Doi: <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v8i1.22>

Junior, R. R. T., & Souza, M. A. O. & Dias, M.F. (2005). Vocabulário de Análise do Comportamento. [Matéria de site]. Retirado de <http://www.fafich.ufmg.br/~vocabularioac/>

Lacerda, M., Pereira, C., Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: reflexão e crítica*, 15(1), 165-178. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722002000100018>

- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 9, 401–411. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300002>.
- Matos, M. A. (2001). Comportamento governado por regras. *Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva*, 3(2), 51-66. Doi: <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v3i2.135>
- Medeiros, C. A. (2002). Comportamento verbal na terapia analítico comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 4(2), 105-118. Retirado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151755452002000200004&lng=pt&tlng=pt.
- Medeiros, C. A. (2013). Mentiras, indiretas, desculpas e racionalizações: manipulações e imprecisões do comportamento verbal. *Comportamento em Foco*, 2, 157-170.
- Medeiros, N. N. F. A. de, & Medeiros, C. A. de. (2018). Correspondência verbal na Terapia Analítica Comportamental: Contribuições da pesquisa básica. *Revista Brasileira De Terapia Comportamental E Cognitiva*, 20(1), 40-57. Doi: <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v20i1.1136>
- Miguel, C. F. (2000). O conceito de operação estabelecadora na análise do comportamento. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 16(3), 259-267. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722000000300009>
- Mizael, T. M., dos Santos, S. L., & de Rose, J. C. C. (2016). Contribuições do paradigma de equivalência de estímulos para o estudo das atitudes. *Interação em Psicologia*, 20(2). Retirado de: [file:///C:/Users/Dell/Downloads/46278-192545-2-PB%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Dell/Downloads/46278-192545-2-PB%20(3).pdf)
- Mizael, T. M., & de Rose, J. C. (2017). Análise do comportamento e preconceito racial: Possibilidades de interpretação e desafios. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de*

Análisis de Comportamiento, 25(3), 365-377. Retirado de:
<https://www.redalyc.org/pdf/2745/274552568005.pdf>

Modesto, J. G., Minelli, A. C., Fernandes, M. P., Rodrigues, M., Bufolo, R., Bitencourt, R., & Pilati, R. (2017). Racismo e políticas afirmativas: Evidências do Modelo da Discriminação Justificada. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33 (nd). Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3353>

Moreira, M. B. & Medeiros, C. A. (2018). O reflexo aprendido: condicionamento pavloviano. Em Moreira, M. B. & Medeiros, C.A. (Eds.), C. A. *Princípios Básicos de Análise do Comportamento*. Porto Alegre: Artmed.

Nelson, T. D. (2015). *Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination*. Psychology Press.

Olson, M. A., & Zabel, K. L. (2015). Measures of prejudice. In T. D. Nelson (Ed.), *Handbook of prejudice, stereotyping and discrimination* (pp. 175-212). New York: Psychology Press

Pereira, C., Torres, A. R. R., & Almeida, S. T. (2003). Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: reflexão e crítica*, 16(1), 95-107. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722003000100010>

Pereira, C. R., & Vala, J. (2010). Do preconceito à discriminação justificada. *In-Mind_ Português*, 1, 1-13. Retirado de: http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF2/01159_pereira_e_vala_2010.pdf

- Perez, W. (2017). Explicações comportamentais da correspondência dizer-fazer. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 13 (1). Doi: <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v13i1.5260>
- Schlinger, H., Blakely, E. Function-Altering Effects of Contingency-Specifying Stimuli. *Behav Analyst* 10, 41–45 (1987). Doi: <https://doi.org/10.1007/BF03392405>
- Skinner, B. F. (1961). A análise operacional de termos psicológicos. *Cumulative Record*, 1-13
- Skinner, B. F. (1957/1978). O comportamento verbal. (M. P. Villalobos, Trans.). São Paulo: Cultrix.
- Skinner, B. F. (2003). Eventos privados em uma ciência natural. Em Skinner, B.F. (Ed.), *Ciência e comportamento humano* (281-309). São Paulo: Martins Fontes.
- Skinner, B. F. (2003). O eu. Em Skinner, B.F. (Ed.), *Ciência e comportamento humano* (310-324). São Paulo: Martins Fontes.
- Vala, J. (1997). Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise Social*, 32(140), 7-29. Retirado de: www.jstor.org/stable/41011254
- Vasconcelos, Í. G. (2014). *Um procedimento experimental de modelagem de respostas para seleção do produto agregado em metacontingências*. (Dissertação de Pós-Graduação). Universidade de Brasília, Brasília, DF. Retirado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/16050>
- Wechsler, A. M., & Amaral, V. L. R. do. (2009). Correspondência verbal: uma revisão da literatura. *Revista Brasileira De Terapia Comportamental E Cognitiva*, 11(2), 189-208. Doi: <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v11i2.398>

Apêndices

Apêndice I

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

“Preconceitos pela perspectiva comportamental”

Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Professor responsável (orientador): Carlos Augusto de Medeiros

Pesquisadora: Letícia Resende de Carvalho

- Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar.
- Antes de decidir se deseja participar (por livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.
- Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver claro para você. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

O objetivo deste estudo é analisar a correspondência dizer-fazer relativa a fenômenos os quais envolvem preconceito.

- Você está sendo convidado a participar exatamente por ser adulto de faixa etária entre 20 e 30 anos, bem como por ser estudante universitário.

Procedimento do estudo

- Sua tarefa consiste em responder um questionário e participar de um jogo.
- O procedimento consiste em duas etapas. A primeira será a apresentação do TCLE. A segunda será o momento de apresentação da tarefa.

Riscos e benefícios

- Verifica-se que não há a probabilidade de que a pesquisa ocasione aos participantes danos maiores do que os existentes na vida cotidiana.
- Este trabalho lida com temas relativamente sensíveis. Isso pode evocar respostas emocionais desagradáveis. Durante a aplicação do experimento e, caso necessário, realizar-se-á um breve amparo, acolhimento com o participante. Além disso, caso algum participante sinta-se incomodado, ele pode abandonar o experimento a qualquer momento.
- Alguns participantes podem passar a refletir acerca de seus próprios preconceitos, mas este não é o objetivo do estudo. Assim, consoante a Resolução CNS nº 466/12, o benefício consiste em "proveito direto ou indireto, imediato ou posterior, auferido pelo participante e/ou sua comunidade em decorrência de sua participação na pesquisa", pode-se asseverar que há proveito indireto decorrente da pesquisa para os participantes.
- Sua participação poderá ajudar a desenvolver a ciência na área de Psicologia e, mais conhecimento sobre o comportamento humano. Poderá, também, promover estudos posteriores que aprofundem a temática abordada neste estudo.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora Letícia Resende de Carvalho; com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, mesmo ao final da pesquisa.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Eu, _____ RG _____,

após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos, concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Participante

Pesquisador: Letícia Resende de Carvalho, (61) 999883565

leticia.rc@sempreceub.com

Pesquisador responsável (Orientador): Carlos Augusto de Medeiros,

(61) 39661296

carlos.medeiros@uniceub.br

Apêndice II

Questionário de dados sociodemográficos

As informações abaixo são sigilosas. Nome e telefone são necessários caso seu perfil se adeqüe ao da amostra desejada para, assim, ser possível entrar em contato com você.

1) Nome: _____

2) Telefone celular: _____

3) Idade: _____

4) Sexo:

Feminino

Masculino

Outro

5) Estado Civil:

Solteiro/a

Casado/a

Separado/a

Divorciado/a

6) Bairro onde reside: _____

7) Renda mensal média/ mesada: _____

Renda mensal

Mesada

8) Renda mensal média familiar: _____

Apêndice III

Questionário para mensuração explícita

a) O quanto você se considera preconceituoso em relação a pessoas pretas?

- 0- Não me considero preconceituoso
- 1- Pouco preconceituoso
- 2- Medianamente preconceituoso
- 3- Muito preconceituoso

b) O quanto você se considera preconceituoso em relação ao sexo feminino?

- 0- Não me considero preconceituoso
- 1- Pouco preconceituoso
- 2- Medianamente preconceituoso
- 3- Muito preconceituoso

c) O quanto você se considera preconceituoso em relação à homossexualidade?

- 0- Não me considero preconceituoso
- 1- Pouco preconceituoso
- 2- Medianamente preconceituoso
- 3- Muito preconceituoso

d) O quanto você se considera preconceituoso em relação a pessoas gordas?

- 0- Não me considero preconceituoso
- 1- Pouco preconceituoso
- 2- Medianamente preconceituoso
- 3- Muito preconceituoso

e) O quanto você se considera preconceituoso em relação a pessoas tatuadas?

- 0- Não me considero preconceituoso
- 1- Pouco preconceituoso

2- Medianamente preconceituoso

3- Muito preconceituoso

f) O quanto você se considera preconceituoso em relação a idosos?

0- Não me considero preconceituoso

1- Pouco preconceituoso

2- Medianamente preconceituoso

3- Muito preconceituoso

g) O quanto você se considera preconceituoso em relação a pessoas religiosas ou que acreditam em uma religião diferente da sua?

0- Não me considero preconceituoso

1- Pouco preconceituoso

2- Medianamente preconceituoso

3- Muito preconceituoso

Apêndice IV**Tabuleiro para mensuração implícita**

Apêndice V

Cartas com situações hipotéticas

Você é dono/a de uma loja e precisa contratar um(a) funcionário(a). Realiza o processo de recrutamento e analisa os currículos. Os currículos de dois homens foram os mais adequados, com as mesmas competências.

Você os convoca para uma entrevista presencial. Um homem é preto e o outro é branco, qual você tenderia a contratar?

Você está andando à noite pela rua e percebe que um homem preto vem em sua direção.

Você muda o trajeto?

Você tem uma amiga preta, ela costuma usar o cabelo alisado. Ela te fala que pensa em deixar o cabelo natural e usá-lo black power. Ela pergunta sua opinião, se deixa o cabelo black power ou se continua alisando.

O que você sugere?

Em 2014 o goleiro Aranha, jogador de futebol do time Santos, foi chamado de "macaco" por vários torcedores após o time sofrer derrota em um jogo da Copa do Brasil. Aranha demonstrou publicamente sua chateação.

Você acha que ele exagerou ao ficar chateado?

Você é dono de uma empresa de publicidade conhecida internacionalmente. Faz uma propaganda para passar em 3 países, um deles conhecido por ser extremamente racista. Serão 3 atores, dois brancos e um preto. Sobre a propaganda a ser passada no país que é racista, você muda o ator preto para um branco?

Você é gerente de uma loja de roupas localizada em um bairro nobre. Um homem preto está sentado na calçada em frente à loja. Você faz alguma coisa?

Você vê uma mulher branca e loira, com traços delicados, beijando um homem preto em um restaurante. O que você pensa?

Você está iniciando um relacionamento sério com uma mulher, ela te fala que tem a fantasia sexual de transar com dois homens ao mesmo tempo e que ela já realizou essa fantasia três vezes. Você continua com ela?

Você está iniciando um namoro, durante uma conversa com sua parceira, fica sabendo que ela já ficou com três amigos seus. Você continua com ela?

Uma amiga, formada em arquitetura, te fala que quer se mudar para Austrália e trabalhar como pedreira, diz que lá o salário de pedreiros é alto. O que você acha?

Você vai construir uma casa e realiza um contrato com uma empresa de engenharia. Você precisa escolher entre um homem e uma mulher para a função de engenheirx responsável.
Quem você escolhe?

Seu amigo vem te pedir um conselho, te fala que brigou com a namorada porque ela saiu para uma festa com as amigas sem ele e usava uma mini saia.
Qual seu conselho?

Você vai abastecer o carro em um posto de gasolina. Tem duas bombas vazias. O atendente de uma das bombas é homem e da outra, uma mulher.
Em qual das bombas você vai?

Você vai fazer uma viagem de carro com um amigo e com uma amiga. O carro é seu, mas você não pode dirigir, porque sua carteira de motorista está vencida. Seu amigo homem nunca dirigiu na estrada, sua amiga mulher tem alguma experiência.
Qual dos dois você escolhe para dirigir?

Sua filha está namorando. Você quer conhecer a pessoa e fala para convidá-la para um jantar. Quando essa pessoa chega a sua casa, você percebe que sua filha está namorando uma mulher.
O que você sente?

Você está na fila de um supermercado com seus filhos. Na sua frente tem um casal de gays se beijando.
Você faz alguma coisa?

Você está em um bar com amigos e eles estão, discretamente, fazendo piadas sobre uma mesa de gays.
Você entra nas piadas?

Seu irmão te fala que teve uma experiência sexual com outro homem e diz que gostou.
Qual sua reação?

Você está em uma festa e uma pessoa do mesmo sexo flerta com você.
Qual sua reação?

Você é amigo/a de um casal de lésbicas. Certo dia vai para um bar com elas e com mais alguns amigos. Elas se beijam mais de uma vez.
Você se sente incomodado/a?

Você tem um amigo/a que é gay/lésbica. Esse/a amigo/a mora no Rio de Janeiro. Ele/a te chama para passar as férias lá e diz que você pode ficar hospedado na casa dele/a e que você não gastará dinheiro com alimentação. Lá só tem uma cama de casal. Então, você teria que dormir na mesma cama que essa pessoa.
Você aceita o convite?

Você marca um atendimento com uma nutricionista e, quando chega à consulta, se depara com uma nutricionista gorda.
Você segue a dieta que ela te passou?

Você tem uma empresa de cosméticos e precisa contratar um funcionário. Faz a triagem dos currículos. Uma mulher que é gorda está entre as pessoas com as melhores qualificações. Mas, na sua empresa são disponibilizados somente uniformes P e M. Você a convoca para a entrevista ou descarta seu currículo?

Você está na academia e seu personal trainer olha para uma menina malhando ao lado e fala: "ela tem muita celulite, não deveria malhar de short".
Você concorda?

Você está no assento de um avião e uma pessoa gorda entra.
Você torce para ela não sentar do seu lado?

Você vê um casal andando de mãos dadas na rua. O homem é magro e a mulher está bem acima do peso.
O que você pensa a respeito desse casal?

Você está assistindo a uma luta de boxe na televisão, um dos lutadores é gordo e o outro apresenta um físico atlético.
Quem você acha que vence?

Você vai à praia com uma amiga que é gorda, ela pede seu conselho para decidir se vai usar biquíni ou maiô.
Qual você indica?

Você está com problemas em sua conta bancária. Vai até o banco e a pessoa que te atende é uma mulher com muitas tatuagens, até nas mãos. Você acha que ela é capaz de resolver seu problema?

Você vai a uma primeira consulta de um psicólogo. Quando chega à consulta, vê tatuagens em seu rosto e pescoço. Você volta para a próxima sessão?

Você vai contratar uma pessoa para um cargo. Um dos candidatos é bem qualificado e todo tatuado. Ele tem as mesmas chances que os demais?

Você vai conhecer sua nora e prepara um almoço para recebê-la. Quando seu filho chega, ele está acompanhado de uma menina com o corpo todo tatuado. Qual a sua reação?

Você está caminhando com sua filha, ela revela que tem o desejo de fazer uma tatuagem, grande, no braço e pergunta a sua opinião. Qual a sua opinião?

Você precisa de um caminhão para realizar uma mudança, acha o número de um frete na internet e entra em contato. Quando o motorista chega a sua casa, é uma pessoa com o corpo todo tatuado. Você fica receoso com o serviço?

Você entra em uma comunidade da internet para procurar carona até uma cidade próxima. Ao olhar os anúncios, existe um exatamente para o dia e local desejados. Você olha a foto da pessoa que está oferecendo a carona e vê que ela tem uma tatuagem no rosto.
Você entra em contato?

Você precisa comprar um laptop, mas não sabe como escolher um adequado as suas necessidades e precisará da ajuda de um vendedor. Vai ao shopping e lá um dos vendedores é jovem e outro, idoso.
Por qual atendente você decide?

Você está no self-service e a fila está muito demorada. Você olha para as pessoas na fila e vê um idoso.
O que você pensa?

Você vai pedir um uber, o trajeto a ser percorrido é longo e está em horário de trânsito. Quando você pede o uber, vê a foto do motorista e é um idoso.
Você cancela e pede outro uber?

Você é médico (cirurgião). Um paciente de 75 anos está com os rins falhando e diz que um de seus filhos, de 20 anos, é compatível e quer fazer a cirurgia de doação.
Você aceita?

Sua esposa diz que quer parar de pintar o cabelo e assumi-los brancos.
O que você acha?

Você está em uma roda de amigos, todos na faixa de 40 anos de idade. Um deles revela que está mantendo relações sexuais com uma mulher de 70 anos.
O que você pensa?

Sua avó, viúva, te conta que conheceu um homem, idoso, no pilates e que eles estão apaixonados.
Você acredita que é possível eles começarem a namorar?

Você namora João/Maria. Vocês nunca tinham conversado sobre religião. Um dia, você chama João/Maria para te acompanhar à missa em uma Igreja Católica. João/Maria diz que não pode, pois tem um evento da Umbanda, no terreiro.
O que você pensa sobre João/Maria frequentar o terreiro?

Você acha o instagram do seu psicólogo e vê stories em que ele está em uma missa religiosa.
O que você pensa?

Um dia, em seu círculo de amigas, uma amiga te fala: "nossa amiga pra que esse cabelo comprido? Parece evangélica!"
O que você pensa?

Você é amigo de Lucas. A família de Lucas é espírita. Lucas matriculou seu filho, Gabriel, em uma escola católica devido a essa escola ser conhecida por passar um ensino de qualidade. Lucas te conta sobre um ocorrido: foi preencher um formulário de identificação de Gabriel para a escola. Quando entregou o formulário para um funcionário, o funcionário foi direto ver a religião da criança. Ao ver que era espírita, apagou o que estava escrito e mudou para católico.
O que você fala para seu amigo?

Uma amiga te fala que nunca teve relações sexuais porque ela segue a castidade, pregada pela Igreja. Ela afirma que manterá o voto de castidade até se casar com a pessoa certa.

O que você fala para ela?

Kalil é um imigrante, saiu da Arábia e veio pra o Brasil. Kalil é islã. Ele entra na sua sala da faculdade.

Você pensa algo a respeito de Kalil?

Um amigo seu é espírita. Certo dia, ele te conta sobre o espiritismo. Fala sobre a crença na imortalidade da alma, que estamos em meio a espíritos bons e ruins, sobre comunicabilidade entre os mortos (desencarnados) e os vivos (encarnados). Fala também sobre o passe, compreendido pelo ato de passar as mãos repetidas vezes por cima da cabeça da pessoa com o objetivo de cura pela força mediúnica.

Você acha que ele está tentando te converter?

Apêndice VI

Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PRECONCEITOS PELA PERSPECTIVA COMPORTAMENTAL: UM ESTUDO DA CORRESPONDÊNCIA DIZER-FAZER

Pesquisador: Carlos Augusto de Medeiros

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 37036420.5.0000.0023

Instituição Proponente: Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.314.193

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa e/ou do Projeto Detalhado.

A presente pesquisa tem como escopo estudar os diferentes tipos de preconceito a partir da articulação entre Análise do Comportamento e Psicologia Social.

A pesquisa envolve a seis participantes, sendo quatro reais e dois confederados. serão escolhidos com base nos seguintes critérios: faixa etária entre 25 e 30 anos e nível socioeconômico similar e de classe média.

Segundo o pesquisador, o experimento será realizado na casa de cada um dos participantes. Será realizado em um ambiente da casa definido, a priori, em conjunto com o participante. Interrupções serão evitadas. Em função do COVID-19, as seguintes medidas serão tomadas para experimentador e participante: uso de máscara, face shield, álcool em gel antes e após o manejo do jogo de tabuleiro; distanciamento de, no mínimo, 1,5 metros (recomendado pela Organização Mundial da Saúde). Em relação à aplicação grupal, a pesquisadora entrará em consenso com ambos os participantes reais sobre a casa na qual ocorrerá a aplicação.

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

Continuação do Parecer: 4.314.193

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo primário da pesquisa consistem em analisar e mensurar a correspondência dizer-fazer relativa a diferentes tipos de preconceito.

Os objetivos secundários são: a) comparar as respostas auto-avaliativas relativas ao nível de preconceito com as respostas emitidas no jogo de tabuleiro (instrumento de situações hipotéticas); b) comparar os resultados obtidos entre o participante que jogará com os confederados e os participantes que jogarão sozinhos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador enuncia que a presente pesquisa apresenta risco mínimo, porquanto "este trabalho lida com temas relativamente sensíveis. Isso pode evocar respostas emocionais desagradáveis. Haverá psicólogos responsáveis durante a aplicação do experimento e, caso necessário, realizar-se-á um breve amparo, acolhimento com o participante. Além disso, caso algum participante sinta-se incomodado, ele pode abandonar o experimento a qualquer momento".

Registra-se que, de acordo com a Resolução nº 466/12, risco consiste na "possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente". Ainda, conforme o item III.1 da Resolução citada, na avaliação ética dos riscos deve haver a ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos. Na presente pesquisa, verifica-se que não há a probabilidade de que a pesquisa ocasione aos participantes danos maiores do que os existentes na vida cotidiana.

No que toca aos benefícios, o pesquisador enuncia "Não há nenhum benefício aparente para os participantes. Não haverá nenhuma forma de remuneração aos envolvidos. A pesquisa contará com participantes voluntários, incluindo os confederados.

Alguns participantes podem passar a refletir acerca de seus próprios preconceitos, mas este não é o objetivo do estudo".

Assim, consoante a Resolução CNS nº 466/12, o benefício consiste em "proveito direto ou indireto, imediato ou posterior, auferido pelo participante e/ou sua comunidade em decorrência de sua participação na pesquisa", portanto, pode-se asseverar que há proveito indireto decorrente da pesquisa para os participantes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa proposta apresenta relevância social e acadêmica.

A pesquisa apresenta cronograma e orçamentos adequados do ponto de vista ético.

O currículo do pesquisador responsável está em consonância com a pesquisa a ser executada.

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 4.314.193

Os instrumentos que serão aplicados aos participantes revelam-se adequados, tratam-se de questionário para mensuração explícita de preconceito e de tabuleiro para mensuração implícita, que não apresentam, pelo seu conteúdo, o condão de causarem dano aos participantes.

Desse modo, considerando os critérios de eticidade da pesquisa previstos na Resolução CNS nº 466/12, o respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, ponderação entre riscos e benefícios, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos; garantia de que danos previsíveis serão evitados; e

relevância social da pesquisa, a presente pesquisa se apresenta eticamente aceitável.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A Folha de Rosto não se encontra devidamente preenchida e subscrita, contudo, há autorização registrada em mensagem eletrônica.

Quanto ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, recomenda-se que o pesquisador o retifique para fazer alusão ao risco mínimo.

Recomendações:

Recomenda-se que o pesquisador observe o disposto no art. 28 da Resolução nº 510/16, quando à sua responsabilidade, que é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco;

II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;

III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela Conep a qualquer momento;

IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; e

V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção.

Observação: Ao final da pesquisa enviar Relatório de Finalização da Pesquisa ao CEP. O envio de relatórios deverá ocorrer pela Plataforma Brasil, por meio de notificação de evento.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A presente pesquisa se encontra apta a ser iniciada.

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 4.314.193

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado, com parecer n. 4.290.718/20, tendo sido homologado na 15ª Reunião Ordinária do CEP-UnICEUB do ano em 11 de setembro de 2020.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1601177.pdf	26/08/2020 18:53:25		Aceito
Outros	Email_SimoneRoballo.docx	26/08/2020 18:45:58	LETICIA RESENDE DE CARVALHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Monografia_PDF_.pdf	26/08/2020 18:43:48	LETICIA RESENDE DE CARVALHO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.docx	26/08/2020 18:37:34	LETICIA RESENDE DE CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	06/08/2020 23:52:31	LETICIA RESENDE DE CARVALHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 01 de Outubro de 2020

Assinado por:
Marília de Queiroz Dias Jacome
(Coordenador(a))

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br